

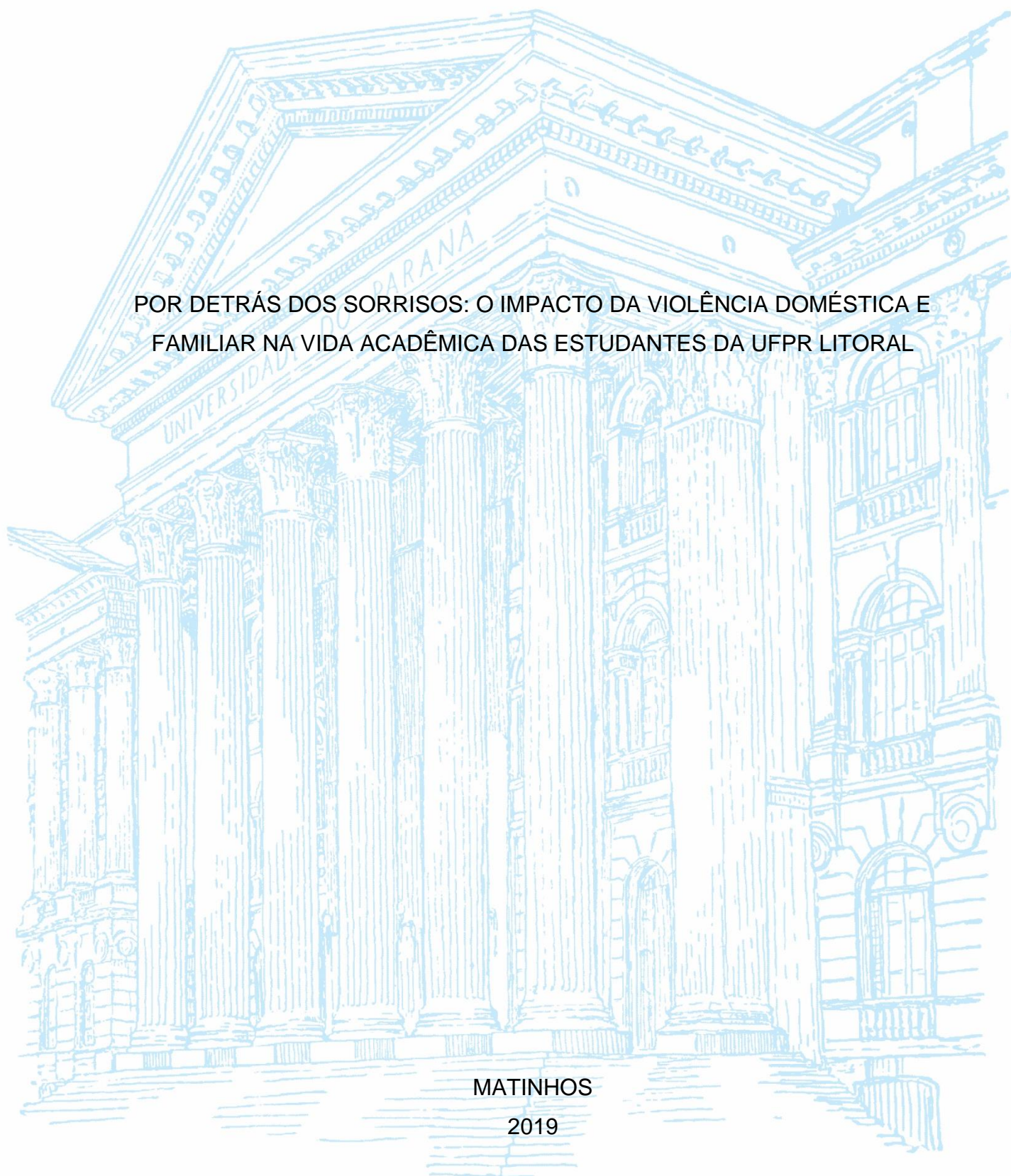
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BARBARA ANTUNES DA SILVA

POR DETRÁS DOS SORRISOS: O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR NA VIDA ACADÊMICA DAS ESTUDANTES DA UFPR LITORAL

MATINHOS

2019



BARBARA ANTUNES DA SILVA

POR DETRÁS DOS SORRISOS: O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR NA VIDA ACADÊMICA DAS ESTUDANTES DA UFPR LITORAL

Monografia apresentada ao curso de Graduação
em Serviço Social, Setor Litoral, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Maria Escorsim.

MATINHOS

2019

ATA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia 28 DE NOVEMBRO DE 2019, às 15:00:00 horas, no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a Banca Avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pelo(a) MSC. JUSSARA MARQUES DE MEDEIROS e pelo(a) MSC. ANA CLAUDIA COUTINHO, sob a presidência do(a) orientador(a), DRA. SILVANA MARIA ESCORSIM, para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do(a) estudante BARBARA ANTUNES DA SILVA, sob o título "POR DETRÁS DOS SORRISOS: O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA VIDA ACADÊMICA DAS ESTUDANTES DA UFPR LITORAL", como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo o estudante sido Aprovado com conceito ABC



Orientador(a)

DRA. SILVANA MARIA ESCORSIM



Integrante da Banca

MSC. JUSSARA MARQUES DE MEDEIROS



Integrante da Banca

MSC. ANA CLAUDIA COUTINHO



Estudante

BARBARA ANTUNES DA SILVA

Às mulheres que construíram e constroem caminhos para a emancipação de todas, em especial para a minha mãe, minha inspiração, Nilma Maria Domingues, a Maria que apesar de todas as marcas “**possui a estranha mania de ter fé na vida**”.

AGRADECIMENTOS

À Deus, nosso pai Olorum, e a mãe Iemanjá pela vida e iluminação dos caminhos.

À tenda do Pai Sete e ao Erick pela força espiritual e orientações na jornada de me redescobrir a cada dia.

À minha ancestralidade que compõe minha história de resistência.

À minha mãe Nilma, pela base da minha formação, pelo amor, pelo apoio incondicional, por compartilhar meus sonhos e acreditar em mim sempre.

Ao meu padrasto José Carlos que me deu (e dá) a experiência de ter um pai amável e companheiro.

Às minhas irmãs Débora e Aline, ao meu sobrinho, sobrinhas, afilhados, afilhada e familiares pelo incentivo e compreensão da minha ausência em tantos encontros nesse período de grande dedicação à formação.

Ao João Paulo Daniel, pela companhia diária neste ano tão atribulado, pela paciência, pelo encorajamento, amor, dedicação e por me ensinar e reforçar que ninguém está pronto.

Às minhas amigas e aos amigos de longa data Carlos Brandl, Isabela Baena, Manu Scheneider, Juliana Barbosa, Reitchou, Lule Prates, Ale Belo, Thiago Cirino, Dani Bozza, Gi Pavelski, Ceresfaction e Lilian pelo apoio de sempre e por garantirem que a amizade supere qualquer distância.

Aos amigos Jota e Marluce, e seus pais, Tia Lu e Tio João, que foram cruciais para minha vinda e estabilização no litoral. Nada disso seria possível sem o apoio de vocês.

Às rainhas Ana Clara, Monike e Thais, as amigas que me foram essenciais nestes quatro anos não só academicamente, mas no dia a dia da vida, verdadeiros presentes no meu caminho. Gratidão meninas por cada sugestão acadêmica, por cada “vai miga, você consegue”, pela ajuda na pesquisa, nos artigos, nos dramas, por cada apoio e socorro emocional. Especialmente, à Ana Clara pelos ensinamentos de enfrentamento ao heteropatriarcado, à Thais por me ensinar a força de se ser quem é, me mostrando que o racismo não passará e a qual lugar pertença, à Monike dona de um grande coração que me inspira diariamente a resiliência.

Às amigas Thainá e Tusy, pela parceria, amizade, grandes momentos e ajuda com a aplicação da pesquisa.

À colega de trabalho Kelly e à equipe da SEAG da UFPR Litoral, sempre me motivando e contribuindo com os ajustes para que eu pudesse conciliar trabalho e estudo.

À Silvana Escorsim, minha orientadora, que tanto admiro, respeito e tenho grande carinho. Gratidão por compartilhar seu tempo e sabedoria, contribuindo para a minha formação profissional e pessoal.

Às e aos docentes do quadro de Serviço Social que muito me ensinaram e diante de tantas dificuldades enfrentadas não desistem de um ensino de qualidade.

Aos assessores do curso, Jéssica e Leandro, sempre dispostos a auxiliar as e os estudantes do curso.

Às e aos colegas da turma de Serviço Social 2016.

À Joelma, assistente social da SEPOL, que me orientou no campo de estágio e muito contribuiu para minha formação. Ao assistente social Guilherme que compartilhou vários saberes comigo e toda equipe SEPOL sempre muito disposta.

A toda equipe da biblioteca da UFPR Litoral, em especial ao Fabrício, Marcos e Maikon, que me atenderam muito bem nesses quatro anos de formação, principalmente no período de confecção deste trabalho estando sempre à disposição para ajudar com as várias dúvidas.

A todas as estudantes mulheres que participaram da pesquisa.

A todas e todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo e dessa caminhada dentro do Serviço Social.

À UFPR Litoral e a Matinhos, os lugares que proporcionaram o meu redescobrir.

“Somos síntese de um passado de dominação e exploração com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcalismo. Da mesma forma **também somos síntese de um passado de lutas e resistências**, que repousam suas raízes na colônia, nas senzalas nas aldeias indígenas, nos quilombos, no cangaço, nas rebeliões, as revoltas, nas casas, nas praças, nas ruas...”
(MIRLA CISNE; SILVANA M. M. SANTOS, 2018, p. 97, grifo nosso).

“Eu tenho pressa e eu quero ir pra rua
Quero ganhar a luta que eu travei
Eu quero andar pelo mundo afora
Vestida de brilho e flor
Mulher, a culpa que tu carrega não é tua
Divide o fardo comigo dessa vez
Que eu quero fazer poesia pelo corpo
E afrontar as leis que o homem criou pra dizer...”
(EKENA, 2017).

RESUMO

Este trabalho intenta apreender a incidência e o impacto auto referido da violência doméstica e familiar na realidade acadêmica das estudantes mulheres da UFPR Litoral matriculadas no 2º semestre de 2018 e as respostas institucionais de enfrentamento a essa violência. Sob a análise dialética e pela perspectiva da totalidade, considera-se a imbricação entre as categorias raça/etnia, classe e relações sociais de sexo na condição histórica da mulher na sociedade brasileira, assim como, analisa-se a violência perpetrada, a opressão contra as mulheres estudantes e o papel da universidade diante do tema. A pesquisa de campo, aplicada através de um questionário, possibilitou análises de natureza quantitativa e qualitativa. Os resultados demonstram a alta incidência da violência doméstica e familiar entre as estudantes da UFPR Litoral, em particular, no que se refere ao quesito de raça/etnia, como também, a necessidade de a universidade acolher e trabalhar a questão da violência contra a mulher. A pesquisa evidencia que os espaços privados e públicos são considerados hostis para as mulheres, dentre eles a própria universidade, contudo, este último, apresenta potencial para o aprofundamento dos debates e o enfrentamento da violência contra a mulher.

Palavras-chave: Mulher-violência. Violência doméstica. UFPR Litoral.

ABSTRACT

This paper intends to apprehend the incidence and self-reported impact of domestic and family violence on the academic reality of female students from UFPR Litoral enrolled in the second semester of 2018 and the institutional responses to coping with this violence. From the dialectical analysis and from the perspective of totality, we consider the imbrication among the categories: race / ethnicity, class and social relations of sex in the historical condition of women in Brazilian society, as well as analysing perpetrated violence, oppression against women students and the University's participation on the topic. The field research, applied through a questionnaire, allowed quantitative and qualitative analyses. The results demonstrate the high incidence of domestic and family violence among students of UFPR Litoral regarding the issue of race / ethnicity, as well as the need for the university to welcome and work on the issue of violence against women. The research shows that private and public spaces are considered hostile to women, including the university itself. However, the latter has the potential to deepen debates and confront violence against women.

Keywords: Woman-violence. Domestic violence. UFPR Litoral.

LISTA DE SIGLAS

BO	- Boletim de ocorrência
CF	- Constituição Federal
CNJ	- Conselho Nacional de Justiça
COPLAD	- Conselho de Planejamento e Administração
COUN	- Conselho Universitário
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	- Lei das Diretrizes e Bases
LF	- Lei do feminicídio
LGBT+	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e outros
LIBRAS	- Linguagem Brasileira de Sinais
LMP	- Lei Maria da Penha
MPSP	- Ministério Público de São Paulo
MS	- Ministério da Saúde
PNAES	- Política Nacional de Assistência Estudantil
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PRAE	- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROBEM	- Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção das/os estudantes de graduação e ensino profissionalizante da UFPR com fragilidade econômica
SEPOL	- Seção de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários
SINAN	- Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SIPAD	- Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
VDFCM	- Violência doméstica e familiar contra a mulher

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	MULHER, FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E A QUESTÃO SOCIAL	15
2.1	A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E A QUESTÃO SOCIAL	17
2.2	DA BRUXA À GLOBELEZA	21
2.3	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	31
2.3.1	Lar, amargo lar	35
3	SOBRE MULHERES, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	43
3.1	MULHERES E A UFPR	45
3.1.1	A UFPR Litoral e o Serviço Social	48
3.1.2	Políticas sociais, programas, projetos e serviços na UFPR Litoral	49
3.1.2.1	<i>Assistência Estudantil</i>	50
3.1.2.2	<i>Políticas Afirmativas, Inclusão e Acessibilidade</i>	51
3.1.2.3	<i>A SEPOL e a violência contra a mulher</i>	51
3.2	A EDUCAÇÃO, UFPR LITORAL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	53
4	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E AS ESTUDANTES MULHERES DA UFPR LITORAL	57
4.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE 1 – PESQUISA APLICADA NAS ESTUDANTES DA UFPR LITORAL	98

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher tem sido o objeto de estudo desde o ingresso em 2016 da estudante que apresenta esta monografia, uma pesquisadora que se descobriu feminista e negra no processo de formação no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Paraná, campus do Litoral (UFPR LITORAL). O interesse pelo tema se dá em virtude do histórico de vida e das assimilações resultantes da leitura de autoras que trabalham com o mesmo.

Com o desenvolvimento do estudo na graduação, juntamente com a especialização concluída em 2017 em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar apropriou-se das teorias que levaram a discussão da condição da mulher na sociedade pela perspectiva materialista dialética da divisão sexual do trabalho e, a partir disso, a apreensão do fenômeno da violência contra mulher como uma **expressão da questão social** (IAMAMOTO, 2015).

Cumprindo o currículo da graduação em Serviço Social, efetivou-se no ano de 2018 o estágio na Seção de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários (SEPOL) do Setor Litoral, onde o tema de pesquisa foi direcionado para o público atendido pela seção, ou seja, passou-se a analisar a violência contra a mulher entre as estudantes matriculadas nos cursos de graduação da UFPR Litoral.

Constatou-se que majoritariamente as ações desenvolvidas pela SEPOL que demandam maior envolvimento das Assistentes Sociais são aquelas referentes aos programas de permanência da/o estudante na universidade e são nessas atividades, através das informações colhidas em questionários e entrevistas realizadas para o acesso aos programas, assim como no atendimento psicológico oferecido pela seção, que a violência contra a mulher, inclusive a doméstica e familiar, é informada pelas estudantes que se encontram nessa situação. Diante disso, da falta de estudo sobre o tema dentro da seção e da necessidade de se desenvolver um projeto de intervenção no estágio realizado na SEPOL naquele ano, chegou-se ao **problema de pesquisa: de que maneira a violência doméstica e familiar incide e impacta na realidade acadêmica das estudantes mulheres da UFPR Litoral matriculadas no 2º semestre de 2018, considerando as percepções das estudantes e das/os profissionais da SEPOL?**

O problema de pesquisa foi desdobrado nos seguintes questionamentos: a VDFCM é entendida como uma expressão da questão social? As estudantes

matriculadas no segundo semestre de 2018 sofrem e/ou sofreram VDFCM? Como a VDFCM se expressa entre as estudantes pesquisadas conforme classe, raça/etnia, orientação sexual e idade? Quais os tipos de VDFCM se expressam entre as estudantes pesquisadas? Os tipos de VDFCM se expressam de forma diferente de acordo com classe, raça/etnia, orientação sexual e idade? Como as estudantes pesquisadas que estão em situação de VDFCM percebem o impacto dessa condição no desenvolvimento de suas vidas acadêmicas? Como as e os profissionais da SEPOL que atendem a essas estudantes percebem o impacto da VDFCM na vida acadêmica das estudantes pesquisadas? Como as estudantes em situação de VDFCM percebem as ações desenvolvidas e os serviços oferecidos acerca do tema pela universidade? Quais ações de enfrentamento à VDFCM a UFPR Litoral tem promovido?

Buscando responder a essas questões, desenvolveu-se o presente trabalho de conclusão de curso cujo **objetivo geral é analisar a incidência e o impacto auto referido da violência doméstica e familiar na realidade acadêmica das estudantes mulheres da UFPR Litoral matriculadas no 2º semestre de 2018, e as respostas institucionais de enfrentamento a essa violência.**

A partir disso, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar violência VDFCM como uma expressão da questão social;
2. Analisar a presença da VDFCM na vida das estudantes pesquisadas fazendo o recorte de tempo, classe, raça/etnia, orientação sexual e idade;
3. Analisar quais os tipos de VDFCM que acometem a vida das estudantes pesquisadas fazendo o recorte de tempo, classe, raça/etnia, orientação sexual, idade;
4. Levantar a percepção das estudantes de como a VDFCM interfere na vida acadêmica das pesquisadas;
5. Levantar a percepção das e dos membros da SEPOL de como a VDFCM interfere na vida acadêmica das pesquisadas;
6. Analisar quais ações de enfrentamento à VDFCM a UFPR Litoral tem promovido;
7. Levantar a percepção das estudantes em situação de VDFCM frente às ações desenvolvidas e os serviços oferecidos pela universidade.

Justifica-se o objetivo do trabalho dado que a VDFCM está presente na vida das estudantes da UFPR Litoral e não são somente as estatísticas nacionais e regionais de violência contra a mulher demonstram isso, mas também os relatos das estudantes mulheres que procuram a SEPOL. Entende-se que é urgente pautar o assunto no ambiente acadêmico nos eixos de ensino, pesquisa e extensão, através inclusive de ações institucionais da UFPR e também do setor Litoral, uma vez que o objeto de estudo, ou seja, as mulheres em situação de VDFCM, compõem o espaço educacional e têm suas vidas atravessadas pelos reflexos das violências vividas.

O desenvolvimento do trabalho foi dividido em dois capítulos teóricos e um sobre a pesquisa de campo realizada com as estudantes mulheres da UFPR Litoral.

O primeiro capítulo teórico, cujo título é **“Mulher, formação sócio-histórica do Brasil e a questão social”**, traz uma análise sobre a construção social brasileira evidenciando nesse processo a condição da mulher, considerando sempre a imbricação entre classe, raça/etnia e relações sociais de sexo, e admitindo que mulheres são uma categoria e não sujeitos universais. Analisa-se também nesse capítulo a utilização histórica da violência para a opressão das mulheres, definindo e discutindo a VDFCM como uma expressão da questão social.

Todo o processo histórico apresentado para se abordar a violência contra a mulher intenta reforçar o legado do método de análise marxiano. Assim, como pontuam Cisne e Santos, “não são as ideias e as normas que determinam a realidade, é a realidade, com a concretude histórica das relações sociais e seus antagonismos postos na luta de classes, que determina as normas e as ideias.” (2018, p.49).

Sob o título **“Sobre mulheres, violência e políticas públicas de educação”**, o segundo capítulo teórico versa sobre a educação emancipadora, a UFPR, a UFPR Litoral e os programas de assistência estudantil, inclusive para atendimento da estudante em situação de VDFCM.

Analisa-se o Projeto Político Pedagógico (PPP) da UFPR Litoral, que é diferenciado e propõe uma educação emancipadora, e a abordagem da universidade acerca da condição da mulher na sociedade e das demandas das estudantes.

Para os capítulos teóricos a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, trazendo predominantemente autoras mulheres e seus conceitos como Marilda Iamamoto, Ivanete Boschetti, Silvana Mara de Moraes dos Santos, Mirla Cisne, Heleieth Saffioti, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Silvia Federici, Renata Gonçalves e outras escritoras, abrangendo sempre concepções feministas, antirracistas, anti-

capitalistas e anti-lesbofóbicas, convergindo-as com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social.

A opção por ter um referencial de trabalho composto em grande maioria por mulheres se dá por compreender-se que uma das formas de opressão social contra as mulheres é a falta de visibilidade acadêmica e é necessário romper com o ideal masculino, branco e heterossexual de produção do conhecimento. Ademais, concordando com Cisne e Santos (2018), acredita-se que é fundamental partir da epistemologia feminista para construir conhecimento com ponto de vista situado, não de quem olha por cima para escrever sobre e sem as mulheres, negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transsexuais.

Sob o título “**A violência doméstica e familiar e as estudantes mulheres da UFPR Litoral**”, o capítulo apresenta a pesquisa de campo desenvolvida com as estudantes mulheres da UFPR Litoral e seus resultados.

A pesquisa do tipo descritiva, de natureza quantitativa (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2007), realizada para analisar a presença da VDFCM na vida das estudantes pesquisadas fazendo o recorte de tempo, classe, raça/etnia, orientação sexual e idade, assim como os tipos de VDFCM que acometem a vida das mesmas foi aplicada através de um questionário no universo composto por 1.152 estudantes mulheres matriculadas nos cursos de graduação e pós-graduação no segundo semestre de 2018. Os resultados foram analisados estatisticamente. O questionário também trouxe um campo livre, não obrigatório, cujas respostas foram analisadas qualitativamente através do método de análise de conteúdo.

Por fim, destaca-se nas considerações finais os resultados principais obtidos com o desenvolvimento deste trabalho, assim como os desafios e o alcance do objetivo geral e específicos propostos.

2 MULHER, FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E A QUESTÃO SOCIAL

Discutir **as mulheres** enquanto **categoria social** e **histórica**, exige analisar as opressões que a perpassam, não somente para alcançar os objetivos deste trabalho, como também, para se pensar numa sociedade que não admita nenhuma forma de opressão – um dos princípios do Código de Ética da/o Assistente Social¹ -, bem como considerar a **imbricação das dimensões de sexo/sexualidade, raça/etnia e classe**. Mulheres não são universais, elas têm classe, raça/etnia, orientação sexual, diferentes experiências subjetivas e inserções socioeconômicas.

Esses aspectos impactam, vigorosamente, nas diferentes relações sociais que compõem a sociedade e são por ela estabelecidas, o que se expressa nas situações desiguais geradas entre indivíduos nas convivências interpessoais, proporcionando privilégio a algumas pessoas em detrimento de outras; na estrutura das relações de poder, a desigualdade é manifestada na exploração e na opressão de um grupo social ou classe sobre o outro (CISNE; SANTOS, 2018).

Essas dimensões atravessam a questão social, a qual apreende-se como

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2009, p. 27, destaque da autora).

Nessa perspectiva, também se encontram as manifestações de enfrentamento às expressões da questão social, uma vez que para a apreensão desta é preciso “[...] também demonstrar as particulares *formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social.*” (IAMAMOTO, 2009, p. 59, destaque da autora). De acordo com esta autora (2015), a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos na luta pelo respeito aos direitos sociais, políticos e civis e aos direitos humanos, em um processo denso de conformismos e rebeldias, que expressa a consciência e a luta pelo reconhecimento

¹ O oitavo princípio do Código de Ética do/a Assistente Social define: “VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 129).

dos direitos de cada um, cada uma e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham as e os assistentes sociais.

Admitindo-se que compulsoriamente o desenvolvimento capitalista produz a questão social, que estágios diferentes do capitalismo produzem diferentes manifestações da questão social (NETTO, 2011), que “O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente.” (IAMAMOTO, 2015, p. 128) ressalta-se, portanto, que não há uma nova questão social, mas sim novas formas de expressá-la uma vez que o modo de produção capitalista não foi superado, e que “[...] a caracterização da ‘questão social’, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais.” (NETTO, 2011, p.161).

Assim, ao destacar-se a categoria mulher e a questão social, intenta-se contribuir para a apreensão das relações sociais pela perspectiva da totalidade, assumindo que o cerne da questão social está na relação entre o capital e o trabalho², consoante com o projeto hegemônico do Serviço Social. Segundo Verônica Ferreira³ “A constituição das mulheres como uma categoria social e histórica interpelou a concepção de classe ao apontar desigualdades conformadas no seu interior pela mediação de outras relações sociais de opressão, dominação e apropriação.” (2018, p. 10), de forma que **a classe trabalhadora não tem um único sexo, raça e sexualidade.**

É de grande importância combater a universalização da categoria mulheres, uma vez que as lutas, e mais especificamente as pautadas pelo feminismo, precisam considerar a heterogeneidade da categoria, do contrário, se continuará deixando muitas mulheres de fora dos debates e conquistas, alimentando assim as estruturas de poder (RIBEIRO, 2018). Posto que se objetiva a luta por uma sociedade sem hierarquia de “gênero”⁴, e se há mulheres que, para além da opressão de “gênero”,

² Aqui o trabalho é “[...] entendido como relação dialética e síntese entre teleologia (capacidade humana de projetar previamente a finalidade de uma ação – prévia-ideação) e causalidade (realidade natural) que se objetiva em um resultado/objeto (causalidade posta).” (CISNE, SANTOS, p. 27).

³ Informação extraída do prefácio da obra de Cisne e Santos (2018).

⁴ Neste trabalho utiliza-se a palavra “gênero” entre aspas quando houver citação indireta uma vez que se prefere utilizar o termo **relações sociais de sexo** para referenciar as opressões de homens para mulheres, debate que será aprofundado no decorrer do trabalho. Adianta-se que, como traz Kergoat, “A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de interesse antagônicos. Em nosso caso, trata-se de um grupo social de homens e do grupo social de mulheres, os quais não são em nada passíveis de serem confundidos

são acometidas por outras opressões como racismo, lesbofobia, transmisoginia, “[...] torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários.” (RIBEIRO, 2018, p. 47).

Além disso, é necessário compreender como o patriarcado⁵ – e dentro dele o heterossexismo⁶ – e o racismo moldam as formações de classes no Brasil, estruturando as relações de opressão e exploração, uma vez que há contradições internas e profundas das desigualdades sociais no país que atravessam, fundamentalmente, o racismo e o patriarcado na estruturação das classes, determinando-os como dimensões fundantes dessas desigualdades (CISNE; SANTOS, 2018).

2.1 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E A QUESTÃO SOCIAL

Os países da Europa Ocidental, entre eles Portugal, enfrentaram uma grande crise econômica no fim da idade média. Em meio a guerras, escassez de alimentos e epidemias, as Grandes Navegações surgiram como alternativas para expandir explorações e melhorar o comércio (SANTOS, 2012). Efeito dessas navegações, em 1.494 Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Tordesilhas e dividiram o direito de posse e exploração das terras do mundo inteiro entre si, de maneira que as terras brasileiras ficaram sob o domínio de Portugal. Em 1.534, nobres portugueses de poucas posses vieram às novas terras colonizadas e se constituíram através das capitanias hereditárias, as quais foram a primeira forma de organização política, econômica e social (descentralizada) do país, idealizadas com o objetivo de povoar e produzir riqueza para a Coroa Portuguesa (SILVA, 2014).

A colonização do Brasil se deu, então, pelo interesse em atender aos anseios comerciais do mercado europeu, de modo que país sempre foi visto pela metrópole

com a dupla categorização biologizante machos-fêmeas”. (2009, p. 71). E ainda, concordando com as análises de Cisne e Santos (2018), entende-se que “gênero” não evidencia o sujeito mulher nas discussões, ocultando a hierarquia e os antagonismos materiais existentes entre os sexos que também são socialmente determinados.

⁵ O termo será aprofundado no item 2.2.

⁶ Cisne e Santos (2018) definem o heterossexismo como “[...] uma forma ideológica de naturalização dos sexos que organiza, estrutura e dissemina a heterossexualidade como a prática supostamente correta e única possibilidade aceitável de expressão e vivência afetiva-sexual.” (p.44), o que impõe a heterossexualidade sobre as outras orientações sexuais, as quais são tratadas sem aceitação e legitimidade social.

como um fornecedor de artigos de exportação na forma de matéria prima (SANTOS, 2012). Silva, pontua:

Trata-se, portanto, de uma sociedade colonizada nos marcos do capitalismo mercantil europeu e estruturada na grande propriedade rural, em que o setor predominante foi à lavoura, inicialmente de açúcar e depois de café, justificando-se a exploração do trabalho escravo pelo baixo custo de sua mão de obra e, também, porque o colono não veio para trabalhar, mas somente para conduzir. (2014, p. 44).

A fim de contextualização, no ano de 1600 a quantidade de valor do que o Brasil exportava em açúcar era o dobro da quantidade de lã exportada pela Inglaterra no mesmo ano (BLAUT, 1992 citado por FEDERICI, 2017). A mão de obra escravizada produzia tanto que as fazendas brasileiras de plantações de cana de açúcar a cada dois anos duplicavam sua capacidade devido à alta taxa de acumulação (FEDERICI, 2017). A literatura aponta o açúcar como o “ouro branco” do Brasil, mas “[...] **a verdadeira riqueza era o trabalho acumulado por meio do tráfico de escravos**, que tornou possível um modo de produção que não poderia ser imposto na Europa.” (Ibidem, p. 206-207, grifo nosso).

Salienta-se que Portugal explorava diversos países da costa da África e que, por consequência da escassa mão de obra portuguesa dizimada pela Peste Negra, os lusitanos viram na comercialização de negras e negros a solução para força de trabalho, assim como um negócio lucrativo (SANTOS, 2012).

Considerando que por três séculos formaram-se os elementos históricos que definiram o traço da sociedade brasileira, explicando a evolução política, econômica, social e cultural do país (SILVA, 2014), compreende-se que a questão social no Brasil manifestou-se (e manifesta-se) através de expressões que têm resquícios da cultura europeia, destacando-se o cristianismo católico e o heteropatriarcado⁷ como as principais vertentes doutrinárias compulsoriamente espreiadas pelas terras brasileiras, assim como o interesse econômico de exploração da terra para exportação e a relação de trabalho escravista (pelas mãos de obra indígena e africana) como

⁷ Neste trabalho utiliza-se o termo *heteropatriarcado* por entender que, concordando com Verônica Ferreira (informação extraída do prefácio da obra de Cisne e Santos, 2018, p. 13), “A heterossexualidade compulsória é uma mediação fundamental da dominação-exploração patriarcal, daí a proposição do conceito de heteropatriarcado para lançar luzes sobre esta dimensão, ainda marginalizada na análise crítica da realidade social.”

determinações estruturantes das manifestações das expressões da questão social no Brasil.

Silva (2014) salienta que as categorias escravidão e patriarcalismo, além de constituintes do processo de formação da sociedade brasileira, são atuais e “[...] não estão deslocadas das *raízes latentes* da nossa questão social representada no contexto da colonização, pela questão étnica e pelo trabalho forçado, motivos de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados [...]” (p. 49, destaque da autora).

Considera-se então que a **questão racial é mais do que uma expressão da questão social**, uma vez que esta “[...] antecedeu e, ao mesmo tempo, *sustentou* a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi *alicerce* da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro.” (GONÇALVES, 2018, p. 515, destaque da autora). Além disso, registra-se que dentro do modelo escravagista no período colonial também houve escravização da mão de obra dos povos originários em toda a América Latina, porém a colonização destruiu 95% da população nativa, de forma que a solução foi o tráfico de escravos que forneceu uma grande quantidade de mão obra para a classe dominante europeia (FEDERICI, 2017).

Quanto às populações nativas sobreviventes, Silva (2014), analisando os estudos de Prado Junior (1970), aponta que no Brasil tanto a Igreja quanto o Estado tinham diferentes interesses na incorporação dos índios na sociedade, os quais também eram chamados de negros da terra. Dentro da instituição da Igreja parte via os índios como objeto de cristianização, o que era operado pela Companhia de Jesus, e parte queria preservar sua cultura, isolando-os para evitar contato inclusive com a língua portuguesa, o que era defendido pelos missionários. Já ao Estado, representado pela Coroa Portuguesa, interessava os ganhos com a expansão dos bandeirantes que utilizavam maioritariamente a mão de obra escravizada de indígenas. Nessa contradição de interesses, a legislação portuguesa oscilava em entre permitir e não permitir a escravização da população indígena.

Considerando-se que no censo realizado em 1872 dos 10 milhões de habitantes registrados em terras brasileiras, 58% se declarava preto(a) ou pardo(a), e que segundo o documento 176.057 africanos e africanas (o censo não distinguiu os países das pessoas originárias do continente africano) viviam no país, dos quais 138.358 eram escravizados(as) (PALMARES, 2013, não p.), tinha-se na época da liberação da escravidão, em 1889, um grande quantitativo de pessoas que não

dispunham de direitos, emprego e políticas públicas em virtude das sequelas racistas. Assim, afirma-se que a população marginalizada no início do século XX, momento em que se transitava de um modelo agroexportador para o industrial, era predominantemente negra.

Além da omissão do Estado diante da situação das pessoas negras, a instituição promoveu políticas de branqueamento da população brasileira, como a política migratória (para pessoas brancas) constituída sob a ardilosa ideia de que não havia mão de obra qualificada para o novo processo de produção que se instaurava no país (GONÇALVES, 2018), o que contribuiu para a estruturação e permanência do racismo na sociedade brasileira. Segundo Silva,

Além da questão étnica, outro aspecto importante a ser considerado refere-se à forma de inserção do negro na sociedade, mediante o *trabalho livre* ainda incipiente realizado pelos chamados desclassificados, composto, muitas vezes, por pessoas libertas que se tornavam quase sempre *vadias* por falta de ocupação. Portanto, em menor proporção, *o desemprego já existia como um problema social de natureza estrutural*, que será determinante na configuração da nossa questão social no presente. Desemprego, muitas vezes, atribuído à comparação entre o colono – aquele trabalhador incansável – e os trabalhadores nativos, uma representação falaciosa de ócio e indolência no povo brasileiro. (2014, p. 51, destaque da autora).

Ao olhar para as expressões da questão social na atual sociedade brasileira é preciso não só considerar esses determinantes, mas assumir que o racismo é estruturante da sociedade, ou seja, um dos três pilares que estão imbricados na nossa formação de uma sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, já que as relações sociais se fundem por meio do trabalho, e

O trabalho, nesta sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, possui três divisões estruturais associadas entre si: a) **a divisão social**, fundada nas relações entre classes sociais; b) **a divisão racial**, fundada nas relações sociais de raça; c) **a divisão sexual**, fundada nas relações sociais de sexo. (CISNE; SANTOS, 2018, p.25, grifo nosso).

A questão racial, portanto, é parte do nó de relações sociais⁸ que atravessam a questão social.

⁸ Nessa perspectiva, que é da consubstancialidade, ou coextensividade, as relações sociais de sexo, raça e classe são apreendidas como indissociáveis, como um nó que não pode ser sequenciado no nível das práticas sociais, se reproduzindo e coproduzindo mutuamente (KERGOAT, 2012 citada por CISNE; SANTOS, 2018).

2.2 DA BRUXA À GLOBELEZA

Assim como é necessário compreender que o racismo conforma a formação de classes no Brasil, também precisa-se conceber que o patriarcado (incluindo o heterossexismo) compõe essa formação, ambos estruturando relações de opressão e exploração, atravessando, fundamentalmente, as contradições internas e profundas das desigualdades do país (CISNE; SANTOS, 2018).

Os ideais heteropatriarcais de organização social traduzidos nas relações sociais de sexo, que operam na sociedade hegemonicamente hoje, são milenares. A palavra **patriarcado** vem da junção das palavras **pater** (pai) e **arkhe** (origem e comando), ou seja, patriarcado é literalmente a autoridade do pai (DELPHY, 2009). Saffioti (2015), conta que a origem do patriarcado tem cerca de 5.203-4 anos. Delphy (2009) aponta que a palavra mudou de sentido perto do fim do século XIX e depois novamente no final do século XX, com os movimentos feministas dos anos 70 no Ocidente. De acordo com a autora,

Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, **o poder é dos homens**. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. (DELPHY, 2009, p. 173, grifo nosso).

Reforça-se que as convicções heteropatriarcais são socialmente determinadas, com base em relações concretas, ou seja, “O patriarcado não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica.” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 45). Destacam-se as seguintes relações concretas que dão base a estruturação do patriarcado:

[...] 1) as relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade do corpo (e seus produtos – como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e radical do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT. (CISNE; SANTOS, 2018 p. 45).

Cisne e Santos (2018), citando os estudos de Saffioti (2004), enfatizam que nenhum dos elementos mencionados anteriormente resultam de um processo natural ou estão isolados, pelo contrário, são elementos associados entre si, compondo um

“sistema patriarcal” regido pelo controle e o medo que, combinados, asseguram condições de exploração, de opressão, **violação de direitos, violência** e a garantia da reprodução da propriedade privada, o que implica na construção de **ideologias que naturalizam os sexos e as relações de desigualdades**, como também suprimem ou desvalorizam a dimensão da diversidade humana.

Ressalta-se que por mais que o sistema heteropatriarcal atinja a sociedade de uma forma estrutural, conforme afirmam Cisne e Santos (2018), as implicações desse sistema são centralmente dirigidas às mulheres. As autoras apontam que, por mais que o exercício do poder patriarcal não fique restrito ao sexo biológico da mulher, essa doutrina permeia a construção social do sexo feminino, que está associada ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, contrário ao modelo patriarcal de homem que remete a força, virilidade, poder e dominação, o “macho alfa”. Sobre os interesses desse sistema de opressão, Cisne e Santos apontam que

O controle sobre o corpo e a sexualidade, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu e desenvolve sobre a mulher, sob um “modelo” heterossexual obrigatório de naturalização dos sexos, vieram a atender dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre as(os) filhas(os), o que significava **mais força de trabalho** e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, ao garantir que a prole seria sua, assegurava-se aos homens a perpetuação da propriedade privada por meio da **herança**. (2018, p. 44, grifo nosso).

Em suma, “[...] o patriarcado transformou as mulheres em objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras.” (SAFFIOTI, 2004, citada por CISNE; SANTOS, loc. cit.). Waters (1979) citada por Cisne e Santos (2018) coloca que a família heteropatriarcal é uma instituição que perpetua a opressão específica das mulheres como sexo, já que o “sistema familiar está baseado na escravidão doméstica e na dependência econômica da mulher” (p. 60).

Sendo a ideologia heteropatriarcal estruturante da sociedade moderna ocidental, aprende-se a história pela interpretação do homem (branco) como a figura central não só na família, mas em todos os âmbitos das relações sociais, e à mulher destinou-se um papel social marginal, de coadjuvante, ao ponto de se naturalizar a ideia de que, biológica e socialmente, o sexo masculino é superior ao feminino.

Mas há mulheres que estão trazendo outras perspectivas para a análise histórica, como a Silvia Federici (2017) que no livro “Calibã e a bruxa: mulheres, corpo

e acumulação primitiva” examina a acumulação primitiva do ponto de vista das mudanças que foram introduzidas na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. A autora situa

Daí que a minha descrição da acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista. Entre esses fenômenos estão: i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. (FEDERICI, 2017, p. 26).

Federici (2017) apresenta a história “esquecida” das mulheres na produção e reprodução do período de transição para o capitalismo, expondo as relações sociais sob a perspectiva que pontua o papel social da mulher para além da “dócil submissão”, característica criada e naturalizada para mulheres conforme apresentam, em geral, os estudos na educação formal sobre a história das sociedades. A autora afirma que é na luta antifeudal que se encontra o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que insurgiam contra a ordem estabelecida, contribuindo para a construção de modelos alternativos de vida comunal.

A autora evidencia que

Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam no campo, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; **suas atividades domésticas não eram desvalorizadas** e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 53, grifo nosso).

Vê-se, portanto, que a segmentação entre os trabalhos de homens e mulheres não é própria do sistema capitalista, mas é desse sistema, somado aos ideais heteropatriarcais, que resulta a **divisão sexual do trabalho**⁹ como se conhece hoje,

⁹ A transformação da divisão sexual do trabalho tem uma importância fundamental para o capitalismo. Nas palavras de Federici: “Conforme defendi, a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres. Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e

“[...] que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados.” (CISNE, 2015, p. 117). Costa complementa:

Em um contexto de superexploração da força de trabalho estruturado pela divisão sexual do trabalho, o patriarcado e o racismo, **o valor da força de trabalho das mulheres é mais violado**, seu fundo de vida e de consumo são destinados com maior vigor a acumulação capitalista. (2018, p. 72, grifo nosso).

De acordo com Federici (2017), ainda que houvesse subordinação das mulheres à tutela masculina no período medieval, onde a autoridade dos senhores feudais prevalecia sobre a autoridade de seus maridos e pais, quando houve o grande êxodo rural em virtude da monetização da vida econômica e a comercialização de terras, ao se estabelecerem nas cidades as mulheres acessaram outras possibilidades, como “[...] viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos, ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando a moradia com outras mulheres.” (p. 63). Citando estudos de Shahar (1983) e King (1991), Federici (2017) revela que “Nas cidades medievais, as mulheres trabalhavam como ferreiras, açougueiras, padeiras, candeieiras, chapeleiras, cardadeiras de lã e comerciantes” (p. 64), e também ocupavam outras profissões como professoras escolares, médicas e cirurgiãs, começando a competir com homens formados em universidades, obtendo alta reputação em certas ocasiões. Para ilustrar,

Dezesseis médicas – dentre elas várias mulheres judias especializadas em cirurgia ou terapia ocular – foram contratadas no século XVI pela prefeitura de Frankfurt, que, como outras administrações urbanas, oferecia à sua população um sistema público de saúde. Médicas, assim como parteiras ou *sage-femmes*, predominavam na obstetrícia, tanto contratadas por governos urbanos quanto se mantendo por meio de compensação paga por seus pacientes. Após a introdução da cesariana, no século XIII, as obstetras eram as únicas que participavam. (OPTIZ, 1996, citado por FEDERIC, 2017, p. 64, destaque da autora).

Quanto mais as mulheres conquistavam mais autonomia, mais constante era a presença de repreensão dessa “indisciplina” nos sermões dos padres

divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos.” (2017, p. 232-234).

(CASAGRANDE, 1978 citado por FEDERICI, 2017). Salienta-se que a Igreja sempre foi influente nas relações de opressão e dominação da mulher.

Federici (2017) analisando os movimentos milenaristas e heréticos, os quais equivaleu a “teologia da libertação” para o proletariado medieval e que, segundo a autora, foram uma tentativa consciente de criar uma sociedade nova, afirma que

A heresia denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana (**o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres**), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais. (2017, p.70, grifo nosso).

Essa passagem mostra a resistência de trabalhadoras e trabalhadores às investidas das classes dominantes à época, com destaque para a Igreja, reafirmando que em nenhum momento da história as dominações, inclusive sobre as mulheres, ocorreram de forma passiva.

A análise do movimento da heresia exposto por Silvia Federici (2017) é importante para este trabalho porque, de acordo com a autora, a ameaça que as doutrinas sexuais dos hereges representavam para a ortodoxia influenciaram nos “[...] esforços realizados pela Igreja para estabelecer um controle sobre o matrimônio e a sexualidade que lhe permitia colocar a todos – do imperador até o mais pobre camponês – sob seu escrutínio disciplinar.” (p. 79). A autora, citando Gioacchino Volpe (1971), aponta que na Igreja “[...] as mulheres não eram nada, mas entre os heréticos eram consideradas como iguais;” (Ibidem, p. 83).

O controle da sexualidade da mulher influenciou – e influencia – a condição da mulher na sociedade e teve como reguladores a Igreja, o Estado e o heteropatriarcado. Após o cristianismo ter-se tornado religião estatal no século IV, o clero determinou que o desejo sexual conferia às mulheres poder sobre os homens e tentou com muito empenho exorcizá-lo, colocando como sagrada a prática de evitar as mulheres e o sexo. Também foram utilizados outros meios para quebrar o poder das mulheres e de sua atração sexual, como expulsar mulheres de qualquer momento da liturgia, do ministério dos sacramentos e adotar trajes femininos com a intenção de roubar os poderes mágicos das mulheres. Inclusive, é a Igreja a responsável pela inaugural condenação da homossexualidade, por não considerar natural e por não ser

um sexo procriador, posicionamento expressado no terceiro Concílio de Latrão, em 1179 (FEDERICI, 2017).

Outro elemento histórico importante diz respeito às consequências causadas pela Peste Negra, ocorrida após o período da Grande Fome de 1315 a 1322 que havia debilitado a resistência das pessoas a doenças (JORDAN, 1996, citado por FEDERICI, 2017). A epidemia matou, em média, entre trinta e quarenta por cento da população europeia, causando um colapso demográfico na região e inaugurando uma nova era. Com a força de trabalho escassa e o aumento crítico do custo das e dos trabalhadores, nesse período se intensifica a crise do trabalho gerada pelo conflito de classes e a determinação das pessoas em cortar os laços do domínio feudal foi fortalecida (FEDERICI, 2017). A autora traz que

Durante esse processo, o horizonte político e as dimensões organizacionais da luta dos camponeses e artesãos se expandiram. Regiões inteiras rebelaram-se, formando assembleias e recrutando exércitos. Algumas vezes, os camponeses se organizaram em bandos, atacaram os castelos dos senhores e destruíram os arquivos onde eram mantidos os registros escritos da servidão. No século XV, os enfrentamentos entre camponeses e nobres tornaram-se verdadeiras guerras, como a dos *remensas*, na Espanha, que se estendeu de 1462 a 1486. [...] Em nenhum desses casos os rebeldes se conformaram apenas em exigir algumas restrições do regime feudal, tampouco negociaram exclusivamente para obter melhores condições de vida. O objetivo era colocar fim ao poder dos senhores. (Ibidem, p. 99-100, destaque da autora).

Um dos ganhos diretos para as mulheres nesse período foi a drástica diminuição entre a diferença de renda feminina e masculina (FEDERICI, 2017), mas os avanços proletários não foram muito longe. Diversas ações de contrarrevolução das classes dominantes foram realizadas em todos os níveis sociais, como a cooptação de jovens trabalhadores através de uma política social que lhes deu acesso a sexo gratuito e transformou a oposição de classes em ataques violentos contra mulheres proletárias, com o aval de autoridades que “[...] praticamente descriminalizaram o estupro nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa.” (ROSSIAUD, 1988, citado por FEDERICI, 2017, p. 103). Federici (2017) aponta que o estupro de mulheres pobres com permissão do Estado enfraqueceu a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal.

A apreensão dos processos violentos no período de transição para o capitalismo é fundamental, uma vez que

[...] **a violência foi a principal alavanca**, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva, porque o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocado sob seu comando. (FEDERICI, 2017, 121, grifo nosso).

Analisando criticamente esses elementos históricos, inclusive do cerne do tráfico e da exploração do trabalho escravo debatidos no capítulo anterior, pode-se compreender então, concordando com Federici (2017), que a desconstrução do papel mais autônomo da mulher, como também a desvalorização do trabalho feminino de produção e reprodução social, se deu, intencionalmente, em razão dos processos de acumulação pré-capitalista. A autora afirma que é nesse contexto histórico que se deve situar a história das mulheres e da transição do feudalismo para o capitalismo, pois as mudanças que a aproximação do capitalismo estabeleceu na posição social das mulheres, principalmente entre as proletárias, **foram impostas essencialmente com o intuito de buscar novas formas de dividir e organizar a força de trabalho.**

Nesse contexto, Federici faz uma importante observação sobre a família:

Complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres. (2017, p. 193).

A partir do momento em que a instituição família heteropatriarcal se torna essencial enquanto a via que assegurava a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho, o Estado para assegurar essa condição inicia

[...] uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e reprodução. [...] essa guerra foi travada principalmente por meio da caça às bruxas, que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa, ao mesmo tempo que acusava as mulheres de sacrificar crianças para o demônio. (FEDERICI, 2017, p. 174).

O controle social sobre os corpos das mulheres as escravizaram à procriação: se na Idade Média elas podiam utilizar métodos contraceptivos e tinham um controle indiscutível sobre o parto, a partir desse momento **seus úteros foram transformados em território político**, sob o controle dos homens e do Estado, e assim “[...] a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista.” (Ibidem, p. 178).

Destarte, reforça-se que apesar das relações sociais de sexo não serem exclusivas do capitalismo, nesse sistema elas se transformam e a opressão contra a mulher atinge uma nova dimensão. Enquanto na Europa pré-capitalista a subordinação das mulheres aos homens era amenizada devido a elas acessarem as terras e outros bens comuns, **no regime capitalista as próprias mulheres foram transformadas em bens comuns**, uma vez que seu trabalho foi definido como um recurso natural que não fazia parte das relações de mercado.

A desvalorização das mulheres enquanto trabalhadoras e a privação de toda a sua autonomia com relação aos homens se deu por um intenso processo de degradação social. Ao longo dos séculos XVI e XVII as mulheres perderam terreno em todos os âmbitos da vida social: de leis que as impediam de realizar atividades econômicas por conta própria ou de viver sozinhas ou com outra mulher, a movimentos realizados do púlpito ou por meio da escrita, por humanistas, reformadores protestantes e contrarreformadores católicos, agentes que cooperaram constante e obsessivamente com o aviltamento das mulheres (FEDERICI, 2017).

A misoginia era manifestada de formas extremamente violentas:

Na Europa da Era da Razão, eram colocadas focinheiras nas mulheres acusadas de serem desbocadas, como se fossem cães, e elas eram exibidas pelas ruas; as prostitutas eram açoitadas ou enjauladas e submetidas a simulações de afogamentos, ao passo que se instaurava a pena de morte para mulheres condenadas por adultério. (UNDERDOWN, 1985, p. 117 e segs. citado por FEDERICI, 2017, p. 203).

É nesse cenário que se dá a caça às bruxas, a principal ferramenta na construção da nova função social e na degradação da identidade social das mulheres. Federici aponta que

A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atrozes e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades. De todos os pontos de vista — social, econômico, cultural, político —, a caça às bruxas foi um momento decisivo na vida das mulheres; foi o equivalente à derrota histórica a que alude Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) como causa do desmoronamento do mundo matriarcal, visto que a caça às bruxas destruiu todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista, assim como a condição necessária para sua resistência na luta contra o feudalismo. (2017, p. 203-205).

A partir disso, após dois séculos de terrorismo do Estado, Federici (2017) afirma que surgiu um novo modelo de feminilidade, a figura da mulher e esposa ideal, sempre passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas domésticas. A autora enfatiza que a guerra contra as mulheres expressada na caça às bruxas foi um ponto decisivo na história das mulheres, e que para entender a misoginia que ainda caracteriza a prática institucional e as relações entre homens e mulheres nos tempos atuais, é preciso retornar a esse fenômeno. Federici define:

Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura. (2017, p. 305).

E quem eram as bruxas? Eram as mulheres parteiras, as que evitavam a maternidade, as mendigas, as consideradas libertinas ou promíscuas (mulheres que praticavam sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação), as mulheres rebeldes que respondiam, discutiam, insultavam e não choravam sob tortura. A ameaça da fogueira, instituída inclusive por lei¹⁰, ergueu barreiras mais duras ao redor dos corpos femininos do que as cercas levantadas nas terras comunais. O controle do Estado sobre o corpo feminino foi o principal pré-requisito para a subordinação das mulheres à reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2017).

Esse período transformou profundamente as expressões da sexualidade, que passaram a ser motivo de punição. Nos julgamentos por bruxaria é relatada uma lista de práticas sexuais proibidas por não serem “produtivas”, dentre elas Federici (2017) aponta a homossexualidade (que antes era aceita em muitas partes da Europa), o sexo entre pessoas de classes diferentes, a nudez e as danças.

¹⁰ O Código Legal Imperial promulgado pelo rei católico Carlos V em 1532 estabeleceu que bruxaria seria penalizada com pena de morte. Na Inglaterra protestante, três Atos do Parlamento aprovados entre 1542 e 1604 introduziram legalizaram a perseguição às mulheres consideradas bruxas e a pena de morte inclusive na ausência de dano a pessoas ou a coisas. Depois de 1550 também foram aprovadas leis e ordenanças que fizeram da bruxaria um crime capital e incitaram a população a delatar as suspeitas de bruxaria na Escócia, na Suíça, na França e nos Países Baixos Espanhóis. (FEDERICI, 2017).

Todo esse contexto de desvalorização da mulher, do seu trabalho produtivo e reprodutivo, do processo violento de opressão, somadas a questão racial, estruturaram a sociedade brasileira que se conhece hoje, uma vez que o país foi colonizado por europeus. Nas palavras de Federici (2017), “Assim como a discriminação estabelecida pela ‘raça’ a discriminação sexual era mais uma bagagem cultural que os colonizadores trouxeram da Europa com suas lanças e cavalos.” (p. 219-220).

A autora aponta que os caminhos das mulheres na Europa, dos ameríndios e africanos nas colônias estavam tão conectados que se influenciavam mutuamente. A caça às bruxas aconteceu no mesmo período das Grandes Navegações e a prática, juntamente com as acusações de adoração ao demônio, foi levada ao continente americano com a intenção de quebrar a resistência das populações locais, justificando para o mundo todo a colonização e o tráfico de pessoas escravizadas. Federici (2017) explicita ainda que ocorreu um forte intercâmbio da ideologia da bruxaria e a ideologia racista ao longo do século XVII, no qual pode-se verificar o destino comum das bruxas europeias e dos sujeitos coloniais na representação do diabo como um homem negro e no tratamento de pessoas negras como demônios e, assim como na Europa, a marca característica do diabólico era um desejo e uma potência sexual anormais. A autora destaca:

[...] a sexualização exagerada das mulheres e dos homens negros — as bruxas e os demônios — também deve ter como origem a posição que ocupavam na divisão internacional do trabalho surgida com a colonização da América, com o tráfico de escravos e com a caça às bruxas. A definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa — assim como das mulheres e dos homens nas colônias — do contrato social implícito no salário, com a consequente naturalização de sua exploração. (FEDERICI, 2017, p. 360).

Nesse aspecto, Silva (2014) enfatiza que outra função da escravidão foi a sexual, imposta às mulheres indígenas e negras, que serviam de instrumento de satisfação das necessidades de seus dominadores. Assim, vê-se que a violência contra a mulher fez parte da constituição da sociedade brasileira e que a tão romantizada miscigenação da população do país se deu majoritariamente pelo abuso, pelo estupro, e não por relações amorosas entre pessoas de diferentes raças/etnias.

Ainda hoje no Brasil constata-se resquícios dessas ideologias atrás de cada ataque às religiões de matriz africana, a cada exposição estereotipada¹¹ anual da “Mulata¹² Globeleza”¹³ na Rede Globo e da fetichização dos corpos das mulheres negras. Sueli Carneiro define: “A mulher negra será retratada como exótica, sensual, provocativa. Enfim, com fogo nato; tais características chegam a aproximá-la de uma forma animalesca, destinada exclusivamente ao prazer sexual.” (2019, p. 153).

Infere-se que toda essa contextualização histórica que Silvia Federici (2017) traz em sua obra “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação capitalista”, assim como a contribuição de outras autoras citadas, é imprescindível para compreender a atual sociedade brasileira estruturada no capitalismo, no racismo e no heteropatriarcado.

2.3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Entende-se, portanto, que as relações sociais de sexo e o racismo são estruturantes da sociedade vigente, atravessam todas as relações sociais, e estão vinculadas ao modo de produção capitalista: são parte fundamental da sua constituição e da sua consolidação. Mostrou-se também o quão violento foi o processo de subordinação das mulheres à lógica da sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista. Como revela Costa (2018),

A base material onde se **produz a violência contra a mulher é o modo de produção capitalista**, fundamentado, no caso da realidade latina, na dependência. Se ancora em um sistema de dominação-exploração que perpetua o racismo e o patriarcado presentes em outros modos de produção. (p. 80, grifo nosso).

¹¹ “Estereótipos são generalizações impostas a grupos sociais específicos, geralmente aqueles oprimidos”. (RIBEIRO, 2018, p. 56)

¹² Pontua-se que “mulata” é um termo extremamente racista. A palavra tem origem na língua espanhola, vem de “mula” ou “mulo”, que quer dizer aquilo que é híbrido. Mulas são animais híbridos que nasceram do cruzamento entre jumentos com éguas ou entre cavalos e jumentas. Em uma outra acepção, são resultado da cópula entre um animal nobre e um de segunda classe. “Sendo assim, trata-se de uma palavra pejorativa para indicar mestiçagem, impureza, mistura imprópria, que não deveria existir. Empregado desde o período colonial, o termo era usado para designar negros de pele mais clara, frutos do estupro de escravas pelos senhores de engenho.” (RIBEIRO, 2018, p. 99).

¹³ Stephanie Ribeiro e Djamila Ribeiro (2016) no texto “A Mulata Globeleza: um manifesto” discorrem sobre o machismo e o racismo por detrás da figura da Globeleza, culturalmente naturalizada na sociedade brasileira.

Dito isso, continua-se para o debate do objeto desse trabalho: a violência contra a mulher e, especificamente, a violência doméstica e familiar contra a mulher (VDFCM).

De acordo com Saffioti a violência é entendida popularmente “[...] como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.” (2015, p. 18). Minayo (2007) afirma que a violência é um fato humano, social e histórico, e “Ela consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros: indivíduos, grupos e coletividades.” (2007, p. 23).

No tocante da violência contra a mulher, Cisne e Santos definem:

Compreendemos o fenômeno da violência contra a mulher (VCM) como resultante de uma estruturação de relações patriarcais da sociedade. Ao mesmo tempo, dialeticamente, essa violência estrutura o patriarcado, pois diz respeito à apropriação dos corpos e da vida das mulheres em múltiplos sentidos. Não se restringem, portanto, as relações individuais, conjugais, familiares, ainda que as atravesse fortemente. (2018, p. 68-69).

As autoras, citando Alemany (2009) completam que a violência contra a mulher consiste em

[...] todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 69).

Costa (2018) coloca ainda que o processo de apropriação que as mulheres vivenciam produz vários fenômenos e dentre eles está a violência. De acordo com a autora, “A apropriação engloba a exploração da força de trabalho, a apropriação do seu tempo, do produto dos corpos, a obrigação sexual, a carga física e emocional no cuidado com os membros da família” (p. 60-61).

A violência contra a mulher é um fenômeno mundial. Segundo Minayo, “[...] estudos mundiais mostram que 35% das queixas das mulheres aos serviços de saúde estão associadas à violência nas relações conjugais e não apenas a lesões e traumas físicos.” (2007, p. 40).

E ainda, as autoras Cisne e Santos defendem que

[...] a sociedade capitalista, notadamente em suas particularidades de realidade periférica, como é o caso da realidade brasileira, é uma sociedade violenta, posto que a desigualdade social define um modo de viver, de acordo com a classe social dos indivíduos. (2018, p. 127).

Essas definições demonstram que a violência é um fenômeno bastante complexo e passível de várias interpretações. No entanto, pode-se afirmar que a violência é categoricamente uma violação de direitos humanos e que contribui para ininterrupção do modo de produção capitalista, colocando assim a discussão desse fenômeno dentro do Serviço Social.

Com isso e diante da apreensão de que a violência contra a mulher foi e é uma ferramenta fundamental para subjugar as mulheres, e que essa opressão foi e é imprescindível para manutenção do modo de produção capitalista, importa estabelecer teoricamente **a violência contra a mulher como uma expressão da questão social**, uma vez que a questão social é expressada na sociedade, historicamente, através das

[...] **desigualdades** econômicas, políticas e culturais das classes sociais, **mediatizadas** por disparidades nas **relações de gênero**, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2015, p. 160, grifo nosso).

Ao se afirmar que a violência contra a mulher é uma expressão da questão social, o que se estende a VDFCM, a define-se como objeto de trabalho da/o assistente social, possibilitando seu debate dentro da relação de exploração entre o capital e o trabalho, assim como seu enfrentamento através de políticas públicas. Como estabelece Iamamoto

[...] decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a *questão social* hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada -, quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. (2015, p. 161, destaque da autora).

Destaca-se, novamente, que para apreender a VDFCM em sua totalidade é imprescindível analisar historicamente as imbricações entre classe, raça/etnia e as relações sociais de sexo que compõem a sociedade brasileira. E ainda, que a violência contra a mulher “não se limita ao ambiente doméstico, embora seja um lugar comum

de ocorrê-la, sendo comumente praticada pelo cônjuge ou ex-cônjuge, pelo pai e irmãos.” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 69). As autoras completam:

Entendemos que a violência heteropatriarcal contra as mulheres não se esgota no feminicídio e na violência física – uma vez que são manifestações de uma violência estrutural que atinge todo o tecido social, **passando centralmente pela desigualdade no mundo trabalho, pela divisão sexual do trabalho e de poder nas relações sociais [...]**. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 131-132, grifo nosso).

Concorda-se com as autoras que é preciso entender a violência contra a mulher como estruturante da sociedade, para além do ambiente doméstico, e, nesse sentido, as autoras defendem também que o termo violência de gênero não explica especificamente a condição da mulher nessa situação, uma vez que a expressão gênero tira a centralidade da categoria mulher na discussão e “É indispensável dar visibilidade aos sujeitos que estabelecem as relações de antagonismo e conflitos nas relações patriarcais, no caso, centralmente, homem em relação a mulher.” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 69).

Ao utilizar-se o termo violência de gênero para falar de violência contra a mulher, viola-se todo um ideal teórico-político, fruto da organização feminista, que tem em seu histórico de estudos e lutas o empenho em dar visibilidade à violência contra a mulher e, com isso, exigir respostas e políticas do Estado (CISNE; SANTOS, 2018). Enfatiza-se que a intenção não é excluir a categoria LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e outros)¹⁴ da discussão como muitos criticam, mas é, além de estabelecer que a opressão dessa categoria está pautada nas relações sociais de sexo, ter como viés teórico a análise pela perspectiva crítica materialista dialética, e não culturalista. Como coloca Federici:

Se é verdade que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe (2017, p. 31)

¹⁴ Há variação entre autoras e autores para denominar a sigla que contempla a categoria de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e outros. Alguns utilizam “LGBT+”, outros LGBTI onde o “I” refere-se ao termo “Intersexuais”. Há ainda quem utilize outras siglas como “LGBTQ” e “LGBTQ+”. Para esse trabalho utilizaremos LGBTQ+ quando o discurso for próprio, uma vez que se entende que o “+” contempla a inclusão, por enquanto, das diversas discussões sobre a representação da sigla.

Além disso, reforça-se que a categoria mulher não é homogênea, e que as diversidades que constituem as mulheres impactarão também na forma em que a VDFCM será expressada sobre cada mulher. Sendo assim, entende-se que é importante pontuar que se tem hoje nas mulheres negras a materialização das expressões da questão social em um corpo. Pobreza, falta de acesso à saúde, educação, salários mais baixos, trabalho informal, desemprego, e tantas outras expressões da questão social são mais evidenciadas entre as mulheres negras (SILVA; PENAS; NASCIMENTO, 2019). As autoras Behring e Boschetti (2011) analisando o Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza de 2004 divulgado pelo Senado Federal apontam que

[...] a proporção de mulheres que se encontra nas ocupações precárias (61%) é 13% superior à proporção de homens nessa mesma condição (54%). No caso das mulheres negras, essa proporção é de 71%, e 41% delas se concentram nas ocupações mais precárias e desprotegidas do mercado de trabalho. A tendência maior da mão-de-obra feminina ao desemprego é acentuada por variáveis de raça. A mulher negra apresenta uma desvantagem marcante nesse aspecto, com 13,6% de desemprego, em relação aos 10% das mulheres brancas. Essa desvantagem se agudiza no caso das mulheres jovens negras, que apresentam taxas alarmantes de desemprego, de 25%. Além disso, no que se refere ao emprego doméstico, as mulheres negras são maioria. Por essas razões, estas alcançam somente 39% dos rendimentos dos homens brancos. (p. 185).

Carneiro (2019) vai além e analisa a “violência invisível” que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva da mulher negra, limitando as possibilidades de encontro na esfera afetiva, inibindo ou comprometendo “[...] o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima.” (ibidem, p. 205).

Para longe de uma apreensão imediata das realidades individuais, é indiscutível que há mulheres brancas que sofrem violação de diversos direitos, porém, quando se olha para o macro e as estatísticas, fica evidente que o fator raça/etnia modificam como se dão essas violações, conforme será demonstrado no subcapítulo a seguir.

2.3.1 Lar, amargo lar

Os índices de violência contra a mulher no país são alarmantes. De acordo com a Agência Patrícia Galvão “O Brasil convive com elevadas estatísticas de

violências cotidianas praticadas contra as mulheres – o que resulta em um destaque perverso no cenário mundial: é o 5º país com maior taxa de homicídio de mulheres.” ([201-b], não p.).

Há duas legislações sobre o tema no Brasil, a Lei nº 11.340/06, a Lei Maria da Penha (LMP), e a Lei nº 13.104/15, a lei do feminicídio (LF). A LMP aborda especificamente a VDFCM e define que:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. (BRASIL, 2006, não p.).

Essa lei explicita ainda os tipos de VDFCM:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006, não p., grifo nosso).

Já a LF trata do homicídio contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e define:

§ 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - **violência doméstica e familiar;**

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (BRASIL, 2015, não p., grifo nosso).

É certo que a violência contra a mulher ocorre em espaços para além do doméstico, no entanto é nesse ambiente em que ela é manifestada majoritariamente, por isso a especificidade da LMP e a tipificação explícita na LF.

Segundo o Atlas da Violência 2019 publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “[...] houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de **13 assassinatos por dia**. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007.” (2019, p. 35, grifo nosso).

Contrariando o senso comum de que a rua é a maior ameaça para as mulheres, afirma-se que o perigo mora em casa. A Agência Patrícia Galvão trazendo dados do Mapa da Violência 2015 demonstra que

Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013, **50,3% foram cometidos por familiares** – ou seja das 13 mortes violentas de mulheres registradas por dia, sete foram feminicídios praticados por pessoas que tiveram ou tinham relações íntimas de afeto com a mulher, nos termos estabelecidos na Lei Maria da Penha. O Mapa revela ainda que prevalece o feminicídio conjugal nesse cenário: em **33,2% do total dos casos o autor do crime foi o parceiro ou ex-parceiro** da vítima – o que representa quatro feminicídios por dia. ([201-b], não p., grifo nosso).

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019 apontam que em **88,8% dos casos de feminicídio o autor foi o companheiro ou o ex-companheiro** (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 6, grifo nosso). Como apontam Cisne e Santos, “O Lugar supostamente seguro, idealizado como um espaço por excelência de amor, proteção e acolhimento é, muitas vezes, locus privilegiado da violência contra a mulher.” (2018, p. 69). Esses dados são fundamentais para entender a importância dessas leis e que, apesar de homens serem assassinados em maior número se comparados as mulheres, o ponto em questão é o motivo. Homens, via de regra, não morrem por dizerem “não” a mulheres.

Analisando dados estatísticos a Agência Patrícia Galvão criou o “Cronômetro da violência contra as mulheres no Brasil” o qual revela que **a cada 11 minutos ocorre 1 estupro no país, a cada 2 horas uma mulher é assassinada, a cada hora 503 mulheres são vítimas de agressão, a cada 2 minutos 5 mulheres são espancadas** ([201-b]., não p.).

Esses dados assustadores não são exclusivos da conjuntura dos últimos anos. Analisando dados estatísticos sobre a VDFCM em 2001, o Ministério da Saúde (MS) afirmou que “[...] a violência nas relações de casal é tão significativa que assume **caráter endêmico**.” (BRASIL, 2001, p.7, grifo nosso) no país. De acordo com Waiselfisz (2015), foram registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 223.796 atendimentos de vítimas de diversos tipos de violência, desses, 147.691 foram mulheres que haviam sofrido violências domésticas, sexuais e/ou outra, isto é, **duas em cada três mulheres buscaram os serviços médicos naquele ano em virtude de violência doméstica**.

Analisando os dados pode-se dizer que a situação ainda é a mesma no Brasil, ou seja, continua-se vivendo com a realidade endêmica da VDFCM já que de acordo com o Atlas da Violência 2019 (IPEA)

Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito **subestimado dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar**. (2019, p. 42, grifo nosso).

As publicações sobre VDFCM convergem na afirmação de que os números das estatísticas podem ser muito maiores devido à ausência de denúncias.

Destarte, é importante situar que a VDFCM além de violação explícita dos direitos humanos também é um **problema de saúde pública**, como nos diz Minayo (2007) se referindo a “violência de gênero”. Segundo a autora, estima-se “[...] que esse problema social cause mais mortes às mulheres de 15 a 44 anos do que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito e as guerras.” (Ibidem, p. 36).

Considerando a questão racial, os índices são ainda mais alarmantes:

O Mapa da Violência 2015 revela que, além da violência doméstica e familiar, o racismo é outro fator preponderante para colocar a vida das mulheres em risco no Brasil. A pesquisa mostra que o **número anual de mortes violentas de mulheres negras aumentou 54% em dez anos**, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Chama atenção que, no mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013. (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, [201-b], não p.).

A agência, analisando dados secundários, ainda coloca que as **mulheres negras**:

São 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica, de acordo com o Balanço do Ligue 180 em 2015; são 53,6% das vítimas de mortalidade materna, conforme Ministério da Saúde/2015; são 65,9% das vítimas de violência obstétrica, segundo os Cadernos de Saúde Pública 30/2014/Fiocruz; são 68,8% das mulheres mortas por agressão, conforme o Diagnóstico dos homicídios no Brasil (Ministério da Justiça/2015); têm duas vezes mais chances de serem assassinadas que as brancas. (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, [201-a], não p.).

Reforça-se que, concordando com Ribeiro (2018), ao analisar a violência contra as mulheres negras e a miscigenação do povo brasileiro é importante lembrar que essa mistura, muitas vezes enaltecida no país, também foi fruto de estupros cometidos contra elas. Essa autora evidencia que a tentativa de romantizar a miscigenação esconde a violência e ainda que, por mais que todas as mulheres estejam sujeitas aos diversos tipos de violência, no que tange a violência sexual é importante observar o grupo que está mais suscetível a ela, já que os corpos das mulheres negras vêm sendo ultrassexulizados historicamente. “Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, que são vistas como lascivas, fáceis, indignas de respeito”. (Ibidem, p. 117).

As mulheres negras são as mais marginalizadas em nossa sociedade e é fundamental essa compreensão para uma análise pela perspectiva da totalidade. Cisne e Santos apontam que

A **mulher negra**, portanto, inserida em relações patriarcais e racistas, **encontra-se na pior escala social**, ocupando, por exemplo, os postos de trabalho mais precarizados e mal remunerados, e expostas a maiores situações de violências [...]. (2018, p. 68, grifo nosso).

E ainda, Ribeiro (2018) ressalta que falta um olhar étnico-racial para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, pois a associação de opressões situa “[...] a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade

permite uma verdadeira prática, que não negue identidades em detrimento de outras.” (p. 125).

Vale ressaltar que a violência contra a mulher não ocorre só na intimidade. Na esfera maior das relações sociais ela se dá também através regras sociais que nos impõe um padrão de ser mulher. Admitindo-se que não se nasce mulher, mas torna-se mulher (BUTTLER, 1980, citada por CISNE, 2018), e que não há uma forma de ser mulher, mas diversas, deve-se pontuar a heterossexualidade hegemonicamente operante na sociedade no processo de repressão e violação dos direitos da mulher. Cisne assinala que

A desnaturalização dos sexos não é apenas importante para o entendimento crítico da subordinação da mulher, bem como do racismo e da heterossexualidade compulsória, e é indispensável para o combate às relações racistas, patriarcais e homofóbicas. (2018, p. 107).

Cisne e Santos (2018) reforçam que o patriarcado exerce controle sobre a subjetividade, o corpo e a sexualidade da mulher, o que reflete também na população LGBTQ+, impondo de forma rígida e binária um modo de ser feminino e masculino, com destaque na desvalorização e dominação da mulher e do que é identificado como feminino. As normas heterossexuais afetam, por exemplo, como uma mulher lésbica será inserida na sociedade, e o impacto não será apenas um julgamento moralista, mas implicará também nos espaços que ela acessará e como se darão as violações dos seus direitos. Uma dessas violações que os movimentos de defesa dos direitos das mulheres lésbicas destacam é o estupro.

Silva (2019), afirma que dentro da população LGBTQ+ as mulheres lésbicas são as que mais sofrem estupro. Trazendo dados do SINAN divulgados no levantamento da “Gênero e Número”, a autora revela que, em média, **6 lésbicas foram estupradas por dia em 2017**. Em 61% dos casos notificados, a vítima foi estuprada mais de uma vez. A autora ainda aponta que

É dentro de casa e no meio familiar que as mulheres lésbicas são violentadas. Em **61% dos casos, a agressão ocorreu na residência**, enquanto 20% aconteceram em vias pública e 13% em “outros locais”. **Os homens são algozes. Aparecem como autores em 96% das agressões sexuais.** Mulheres são apenas 1% das agressoras. Em 2% das agressões há registros de ambos os gêneros como agressores. Em 1% dos casos notificados o gênero do autor não é identificado. (SILVA, 2019, não p., grifo nosso)

Virginia Figueiredo da Liga Brasileira de Lésbicas citada por Silva (2019) relata que há uma ideia de conversão de sexualidade na sociedade que é manifestada em várias esferas, sendo uma delas a da violência. Nas palavras da autora Figueiredo, “As ideias da suposta ‘cura gay’, terapia de reversão sexual e estupro corretivo são uma das maiores violências que podemos sofrer, por que somos tratadas como loucas, aberração e nos seria imposta a heteronormatividade compulsória.” (FIGUEIREDO citada por SILVA, 2019, não p.).

Fazendo o recorte raça/etnia entre as mulheres lésbicas, mais uma vez as mulheres negras são as que mais são violadas. Dos estupros contra mulheres lésbicas em 2017, as mulheres negras representavam 58% das vítimas, seguida de brancas (35%), indígenas e amarelas (1%) (SILVA, 2019).

Ainda sobre estupro, uma ação que entende-se mais como uma ferramenta de opressão, agressão, controle e domínio do que como de satisfação sexual (CISNE; SANTOS, 2018), em 2018 foram registrados 66.041 casos, o maior número já registrado no Brasil, são 180 mulheres vítimas de estupro por dia no país; desses registros, **53,8% tinham até 13 anos** (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Esse dado compõe os **63,8% dos casos de estupro contra mulheres vulneráveis**, que são as pessoas com menos de 14 anos, as consideradas juridicamente incapazes para consentir relação sexual, e as pessoas incapazes de oferecer resistência, independentemente de sua idade, como alguém que esteja sob efeito de drogas, enferma ou ainda pessoa com deficiência (Ibidem).

Em agosto de 2019 o programa Fantástico da Rede Globo (G1, 2019) exibiu uma matéria sobre a violência contra a mulher deficiente, trazendo a alteração na LMP que torna obrigatória a informação no Boletim de Ocorrência (BO) se a vítima já tinha ou ficou com alguma deficiência por causa da agressão, o que fará com que penas mais duras já previstas no código penal sejam aplicadas. Segundo a matéria, em 2018 o serviço 180 atendeu 46.510 casos de violência contra a mulher, desses 8,5% foram de mulheres com deficiência. As entrevistadas relataram ao programa que os agressores se sentem mais à vontade para praticar a violência quando se trata de uma mulher com deficiência.

A violência contra a mulher não depende de classe, raça/etnia, orientação sexual, ter ou não deficiência, ou da geração, no entanto as vulnerabilidades não são as mesmas para todas as mulheres. Elas são expostas a diferentes riscos de terem

seus corpos violados durante suas vidas conforme as condições as quais estão submetidas, de forma que tais riscos são intensificados a partir de discriminações baseadas nas relações sociais de sexo, “[...] mas não só: também na sua classe social, idade, raça, cor e etnia ou deficiências.” (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, [201-a], não p.).

É necessário refletir também sobre o impacto da VDFCM para toda a família. Não raro a violência que aflige as mulheres também aflige as e os filhos, assim como outros membros da residência. Nesse aspecto, necessita-se de uma Rede de Acolhimento às mulheres em situação de VDFCM que também receba essa demanda, como casas de acolhimento que tenham espaços para mulheres com filhos.

A LMP sem dúvidas é um grande avanço para questão da VDFCM e as políticas públicas criadas a partir dela são essenciais para o enfrentamento da violência, ainda que embrionárias (CISNE; SANTOS, 2018). Porém, e as manifestações a respeito são unânimes, há grande dificuldade em implementá-las. Tenorio (2018), citando dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponta que entre os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a carência de estrutura é quase total para a aplicação da LMP, seja pela inadequação das instalações físicas, pela falta de materiais, ou pela insuficiência de magistradas/os e servidoras/es que atuam nestes juízos especializados.

Diante de todo o exposto, nessa era do capital financeiro no atual contexto da mundialização da economia (IAMAMOTO, 2015), reitera-se que a questão social ainda é a mesma, uma vez que não foi superada a relação entre o capital e o trabalho, mas ela se expressa de novas formas. Assim,

[...] constata-se hoje uma renovação da “velha questão social”, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições e assumindo novas expressões na atualidade. (Ibidem, p. 164).

A violência doméstica e familiar contra as mulheres é uma dessas expressões e o enfrentamento a ela é uma das formas de contribuir para a construção de uma nova sociedade sem opressões, como é princípio das e dos Assistentes Sociais. Assim, reforça-se, é impossível superar o modo de produção capitalista sem superar a desigualdade entre os sexos, entre raça/etnia, e vice-versa.

3 SOBRE MULHERES, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

O campo da educação sempre foi disputado pelas classes. Podendo ser um espaço para confirmar a soberania da classe dominante e ao mesmo tempo um espaço de emancipação da classe dominada, os projetos políticos veem nesse universo uma importante ferramenta de opressão ou de resistência. Segundo Ribeiro, “Se racismo e machismo são elementos fundadores da sociedade, as hierarquizações de humanidade serão reproduzidas em todos os espaços.” (2018, p. 77). Assim, coloca-se que a **plena emancipação humana** é aquela na qual os homens e as mulheres são efetivamente livres, na qual supõe-se a socialização da riqueza produzida e o fim de todas as formas de mercantilização da vida (LIMA, 2018).

Com base nisso, concorda-se com a definição do Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação (ALMEIDA, [2014?]):

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma **função social importante na dinâmica da reprodução social**, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo **assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais**, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, **o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser**, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, **é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias** e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação. (p. 16, grifo nosso).

Tem-se, portanto, que a educação não é alheia ao mundo do trabalho e que ela é atravessada pelos diversos determinantes que compõem a sociedade, produzindo e reproduzindo as opressões, incluindo as relações sociais de sexo, assim como os movimentos de resistência. Nesse sentido, considerando que geralmente cabe às mulheres, de acordo com ideologia do heteropatriarcado, o cuidado corporal, material e afetivo para com os membros sociais com quem convive (CISNE, 2018), trabalhos que garantem a produção e reprodução social mas que não são considerados, quem dirá remunerados, e que em 2017 no Brasil cerca de 44% dos 46,3 milhões de vínculos formais de trabalho eram ocupados por mulheres

(UNIVERSIDADE CAXIAS DO SUL, 2019), entende-se que a manutenção dos estudos para as mulheres, quando elas acessam, é extremamente dificultoso dada as várias jornadas e atribuições impostas às mulheres.

Para além do acesso e permanência, reflete-se sobre a qual educação as mulheres têm acesso, já que para elas a educação foi e é um campo de batalha. Cabe pontuar que o direito à instrução para as mulheres veio somente através da lei de 15 de outubro de 1827, que trata da primeira Lei Geral relativa ao Ensino Elementar, no entanto, ainda que a legislação tenha sido um marco histórico por ser a primeira a conceder à mulher o direito de instrução, só admitia-se as meninas nas escolas de primeiro grau, isto é, nas pedagogias, de forma que “[...] continuava-se a valorizar, no currículo das escolas femininas, muito mais a educação da agulha do que da instrução.” (SAFFIOTI, 2013, p. 276).

Como no mundo trabalho onde as mulheres alcançaram o direito de trabalhar, mas foram destinadas aos trabalhos mais mal remunerados e de baixo prestígio¹⁵ (CISNE; SANTOS, 2018), as mulheres conseguiram o direito à educação, porém foram conduzidas para as formações mais marginalizadas e ligadas a ideia do cuidado. Sobre esse período Cisne e Santos colocam que

Algumas significativas alterações foram provocadas pela industrialização e urbanização, especialmente a partir do século XX, com destaque para o acesso da mulher à educação escolarizada e ao trabalho nas fábricas, escritórios e lojas, **que contribuíram para a ruptura do isolamento e confinamento doméstico**. Nesse período, ainda merecem destaque o direito à separação conjugal e o controle da natalidade. **Apesar disso, a desvalorização da mulher, especialmente das negras, permanece**, enquanto aos homens se devotam a adoração e a subserviência, inclusive, sexual. (2018, p. 107, grifo nosso).

Observa-se que mesmo as mulheres alcancem direitos, elas não os acessam substantivamente uma vez as relações sociais de sexo e a questão racial são estruturantes da sociedade capitalista, de modo que não serão superadas essas relações de opressão se não for superado tal modo de produção, e vice-versa.

¹⁵ Cisne e Santos (2018) definem que: “As ‘qualidades’ tidas como femininas, ao serem consideradas naturais ou próprias de uma suposta essência feminina, desconsideram o treinamento informal das mulheres. Isso implica em não valorizar as atividades realizadas pelas mulheres como trabalho especializado. Essas atividades, ao serem muito mais consideradas uma obrigação ou um papel feminino, servem de justificativa para os baixos salários recebidos pelas mulheres.” (p. 65).

Importa salientar que a educação é um **direito social** no Brasil, conforme descrito no artigo 6º da Constituição Federal (CF) de 1988¹⁶ (BRASIL, 1988) e, sendo assim, exige políticas públicas por parte do Estado para sua efetivação.

E ainda, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, traz no seu primeiro princípio “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” (BRASIL, 1996, não p.) e, considerando que as e os estudantes não são sujeitos universais, para que esse princípio seja efetivado precisa-se considerar, também, as imbricações entre classe, raça/etnia relações sociais de sexo.

Destarte, trazendo a discussão para as instituições de ensino superior públicas, uma vez que o objeto de estudo deste trabalho se refere à estudantes mulheres da UFPR Litoral, para a efetivação das políticas de permanência no ensino superior público já existentes através da Política Nacional de Assistência Estudantil (PANES), entende-se que os determinantes e os fenômenos que atravessam a categoria das mulheres, inclusive o da **violência doméstica e familiar contra a mulher**, precisam ser considerados e trabalhados por também comporem o conjunto de impedimentos para que uma mulher permaneça nas universidades públicas.

Além disso, entende-se que o papel das universidades é maior do que a diplomação para uma profissão, por isso, pautar a relação social de sexo de maneira estrutural na formação acadêmica das e dos estudantes é fundamental para o enfrentamento à violência contra a mulher, assim como para a construção de uma nova ordem societária.

3.1 MULHERES E A UFPR

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) é centenária, datando sua criação de 1912. Atualmente tem em sua maioria estudantes mulheres matriculadas em todos os níveis de graduação. Segundo matéria publicada no site da instituição, em 2018 as mulheres correspondiam a 77% das matrículas nos cursos de graduação e 53% nos cursos de pós-graduação (MACEDO, 2018).

¹⁶ O Artigo 6º da CF/88 traz que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, não p.).

Ainda que as mulheres sejam a maioria nos espaços acadêmicos, não é possível afirmar que o ambiente da universidade seja livre de hostilidade para as elas. À exemplo, em 2015 houve um movimento envolvendo toda a comunidade acadêmica devido às ações misóginas e violentas contra as estudantes mulheres dos cursos lotados no campus Politécnico (localizado em Curitiba-PR).

Nesse episódio, vários cartazes com escritas machistas e homofóbicas foram pregados nas paredes, gerando grande revolta entre os e as estudantes; um dos cartazes dizia “Suas sapatas filhas da p***, vou estourar suas b*** e encher seus c*** de p***” (CARTAZES..., 2015, não p.). Nesse mesmo ano, alguns meses depois, a UFPR recebeu o selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, e, nas palavras do reitor à época Zaki Akel Sobrinho, para a universidade foi “[...] uma grande honra receber este prêmio, que comprova, mais uma vez, o compromisso da UFPR com as questões de gênero [...]” (MUNHOZ, 2015).

Esse cartaz poderia ter sido escrito na idade média como demonstrado na contextualização histórica da violência contra a mulher no capítulo anterior, mas foi escrito em pleno século XXI, por estudantes de uma universidade que, além do selo de compromisso citado, tem como missão “Fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano sustentável.” (UFPR, [201?]). Vê-se que há muito a que se trabalhar sobre o tema.

A discussão de “gênero” na universidade é antiga. Em 2019, o Núcleo de Estudos de Gênero completou 25 anos. De acordo com a Superintendência de Comunicação Social da UFPR,

Fundado em 1994 o grupo ao longo destes anos abriu espaço na instituição para um maior protagonismo das mulheres como pesquisadoras e líderes no meio acadêmico, bem como ajudaram a fomentar uma grande transformação nas concepções das pesquisas, com uma visão mais crítica das relações de gênero e maior atenção às pesquisas sobre o tema. (2019, não p.)

O núcleo motivou (e motiva) diversas ações, institucionais ou não. Como nos disse a professora Maria Rita em entrevista para a Superintendência de Comunicação Social da UFPR

É importante a universidade tomar para si a temática. Os estudantes precisam se apropriar da questão também. E esse interesse reflete um trabalho que começou muito tímido há duas décadas, por meio de um grupo de estudos, e que, direta ou indiretamente, está rendendo frutos (2017, não p., grifo nosso).

Atualmente, o tema tem sido trabalhado institucionalmente através da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD), unidade criada 2017 que tem como missão

[...] propor, fortalecer e concretizar políticas de promoção de igualdade e da defesa de Direitos Humanos, visando o desenvolvimento de ações afirmativas; do reconhecimento da diferença e da diversidade; do atendimento aos direitos de pessoas com necessidades especiais, com deficiência, altas habilidades/superdotação, surdos/as, negros/as, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, povos do campo, **mulheres**, LGBTIs, migrantes, refugiados/as, solicitantes de refúgio ou portadores/as de acolhida humanitária, apátridas e outros grupos histórica e socialmente subalternizados, no âmbito acadêmico, pedagógico e institucional da comunidade da UFPR. (UFPR. Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD), 2017, p. 1, grifo nosso).

A SIPAD, que é uma unidade executiva central vinculada à Reitoria da UFPR, “[...] tem como objetivo geral transformar a cultura universitária, por meio da consolidação e criação de políticas que promovam os direitos humanos, a diversidade e a diferença na comunidade universitária [...]” (UFPR. COPLAD, 2017, p. 1). Entre os objetivos específicos, destaca-se: “VI - criar mecanismos de combate ao racismo, à **violência de gênero**, à LGBTIfobia, à discriminação e violências contra o público da SIPAD por meio do estabelecimento de uma política de prevenção;” (UFPR. COPLAD, 2017, p. 1, grifo nosso).

A SIPAD conta com a Unidade de Políticas de Gênero e da Diversidade Sexual com atribuições das quais se destacam:

[...] III - articular de maneira transversal as políticas para a igualdade de gênero e promoção da cidadania LGBTI nas unidades de gestão da UFPR;
 [...] VIII - **acompanhar os Setores da UFPR, de maneira constante e progressiva visando o diálogo e a construção efetiva das políticas de igualdade de gênero e promoção da cidadania LGBTI;**
 [...] X - elaborar **programas específicos para atendimento e acompanhamento das políticas de igualdade de gênero** e de promoção da cidadania LGBTI, em consonância com as diversas unidades da Universidade e também com as entidades estudantis responsáveis pelo acesso e a permanência de estudantes;
 [...] XII - criar ferramentas apropriadas para monitoramento dos indicadores de denúncias relacionadas às questões de violência de gênero e contra a população LGBTI em parceria com a Unidade de Apoio e Acolhimento de Denúncias – UAAD;
 [...] XVI - **estabelecer mecanismos legais e educativos de combate à violência de gênero e contra a população LGBTI no ambiente universitário**, assim como elaborar material didático-informativo sobre a temática; [...]. (UFPR. COPLAD, 2017, p. 4-5, grifo nosso).

Assim, as ações de enfrentamento à violência contra a mulher realizadas institucionalmente desde 2017 estão centradas na SIPAD, de forma que as e os estudantes da UFPR Litoral também devem ser contempladas por essa superintendência.

3.1.1 A UFPR Litoral e o Serviço Social

A partir de 1993 a UFPR se expandiu para outras cidades do Paraná, chegando ao litoral do estado em 2005, na cidade de Matinhos. Sua criação foi aprovada pelo Conselho Universitário (COUN), e trouxe um propósito diferenciado para a educação que se dá, fundamentalmente, pelo seu Projeto Político Pedagógico (PPP) que resulta de uma construção coletiva e preza pela emancipação com

[...] a centralidade no combate da resignação e da naturalização do sofrimento e exclusão social, a partir da leitura crítica da realidade que se constitui como o ponto de partida e de retorno para a construção e reconstrução do conhecimento. (UFPR. Setor Litoral, 2008, p. 8)

O objetivo da sua criação foi a necessidade do desenvolvimento de maneira sustentável no litoral do Paraná e também no Vale do Ribeira. Sua constituição é fruto do esforço conjunto do Governo Federal, que disponibiliza as e os servidores (docentes e técnicas/os administrativos), do Governo Estadual que cede a estrutura física do campus e do Governo Municipal que arca com os impostos municipais e os custos relacionados à manutenção da estrutura (energia elétrica, água, telefonia, limpeza e segurança) (UFPR. Setor Litoral, [200-]). A UFPR Litoral atualmente conta com 14 cursos de graduação, além dos cursos de pós-graduação (especialização e mestrado).

Uma das unidades administrativas da UFPR Litoral é a Seção de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários (SEPOL). Composta por profissionais Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogas, Interprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Técnica em Assuntos Educacionais e Técnicos/as Administrativos, a SEPOL atua através de programas que estão divididos entre a **Assistência Estudantil**, que tem como maior objetivo viabilizar o acesso das/os estudantes aos programas de auxílio permanência da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e as **Políticas Afirmativas, de Inclusão e Acessibilidade**, que é

a parte responsável pelo auxílio em nível local aos processos de permanência das/os estudantes cotistas étnico-raciais e pelo acolhimento de demandas referentes à inclusão das/os estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais especiais. (UFPR. Setor Litoral. Coordenação Acadêmica, 2019).

A SEPOL, que “[...] tem por finalidade desenvolver, acompanhar e assessorar programas e ações de apoio que contribuam com a formação individual e global dos discentes, **indo além da simples manutenção dos acadêmicos na universidade**” (UFPR. Setor Litoral. Coordenação Acadêmica, 2019, p. 5, grifo nosso), atende à todas/os às/aos estudantes matriculadas/os na UFPR Litoral e orienta docentes e Técnicas/os Administrativos em Educação.

Para se ter uma ideia do público de atendimento, no primeiro semestre de 2019, o número total de matrículas nos cursos de graduação da UFPR Litoral era de 1.496 estudantes, sendo que desses 928 são do sexo feminino e 568 do sexo masculino¹⁷.

É na SEPOL que o Serviço Social se realiza no âmbito da UFPR Litoral através das assistentes sociais lotadas na unidade. Como já exposto, o PPP da UFPR Litoral traz que “defende-se a construção coletiva de um projeto político-pedagógico emancipatório **com a centralidade no combate da resignação e da naturalização do sofrimento e exclusão social**” (UFPR. Setor Litoral, 2008, p. 8, grifo nosso), de forma que se evidencia a importância do Serviço Social para a construção dessa discussão, uma vez que assunto se trata do objeto de trabalho das/os Assistentes Sociais, ou seja, a questão social e suas expressões.

3.1.2 Políticas sociais, programas, projetos e serviços na UFPR Litoral

Na SEPOL são desenvolvidos programas de apoio a permanência da/do estudante durante sua vida acadêmica até a colação de grau, compondo diferentes campos de ações: assistência estudantil (serviço social, pedagogia e psicologia) e acessibilidade (UFPR. Setor Litoral. Coordenação Acadêmica, 2019).

¹⁷ UFPR. Setor Litoral. Seção de Gestão Acadêmica (SGA). **Relatório de alunos matriculados - 2019/02**. Matinhos, 2019. Informação recebida por e-mail.

3.1.2.1 Assistência Estudantil

É através da Assistência Estudantil que se executam as ações relacionadas ao Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção às/aos estudantes de graduação e ensino profissionalizante da UFPR com fragilidade econômica (PROBEM). O objetivo do programa é

[...] garantir a permanência e a qualidade da formação do estudante com perfil de renda e/ou vulnerabilidade socioeconômica, estando em conformidade com o Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010 (dispõe sobre Bolsa Permanência) e Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010 (dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES). (UFPR, 2018, não p.).

Conforme edital do PROBEM 2/2019 (UFPR. PRAE, 2019), o programa oferece os seguintes auxílios, que podem ser somados:

- a) Auxílio Permanência: auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais que visa subsidiar gastos inerentes à formação acadêmica como fotocópias, compra de livros, materiais para aulas práticas, etc.;
- b) Auxílio Refeição: fornece isenção das taxas nas refeições feitas nos restaurantes universitários (RU) da universidade, 3 refeições por dia, 7 dias por semana;
- c) Auxílio Moradia: auxílio financeiro no valor de R\$ 275,00 mensais para a manutenção da/do estudante oriunda/o de outras cidades, nos locais em que residam durante o período do curso;
- d) Auxílio Creche: auxílio financeiro no valor de R\$ 200,00 mensais destinado às/aos estudantes vinculados ao PROBEM que possuem filhos na faixa etária de 0 a 6 anos incompletos, devidamente matriculados em Centros de Educação Infantil particulares ou conveniados;

O público alvo do PROBEM são as/os estudantes da UFPR, matriculadas/os em curso de graduação ou ensino profissionalizante, cuja a renda familiar bruta por pessoa seja igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional (UFPR. PRAE, 2019).

Também pela Assistência Estudantil é realizado o acolhimento psicossocial, que é o atendimento das/os estudantes a partir de procura espontânea na SEPOL, o acompanhamento pedagógico e apoio no letramento acadêmico das/os estudantes bolsistas com dificuldade de rendimento acadêmico.

3.1.2.2 Políticas Afirmativas, Inclusão e Acessibilidade

Dentro da seção de Políticas Afirmativas, Inclusão e Acessibilidade da SEPOL são realizadas as ações de:

- a) Receber, orientar, encaminhar estudantes que necessitam de apoio pedagógico e/ou de acessibilidade (avaliação, mobiliário adaptado, interpretação em LIBRAS);
- b) Estudar e atualizar a unidade sobre as legislações vigentes sobre os assuntos de políticas afirmativas (negros, indígenas, pessoas com deficiência);
- c) Acompanhar e organizar a bancas especiais e de validação do vestibular no Setor Litoral;
- d) Propor atividades que divulguem as questões raciais, de inclusão e acessibilidade;
- e) Acompanhar a trajetória de estudantes negros, indígenas, com deficiência desde o ingresso até a diplomação; registrar e acompanhar situações de violência no âmbito setorial (racismo, injúria racial, capacitismo, etc.);
- f) Apoio aos cursos de graduação no que diz respeito às questões de inclusão, acessibilidade e políticas afirmativas.¹⁸

Registra-se que não há dentro das ações descritas neste item e no anterior alguma ação própria da SEPOL voltada, especificamente, às estudantes mulheres da UFPR Litoral, assim como também não há para as/os estudantes LGBTQ+. As ações, no caso das violências, são sempre articuladas com a SIPAD.

3.1.2.3 A SEPOL e a violência contra a mulher

A violência doméstica e familiar contra a mulher está presente na vida das estudantes da UFPR Litoral e não só as estatísticas obtidas a nível Brasil demonstram isso, mas também as manifestações que aparecem nos relatos feitos nas solicitações do PROBEM ou até mesmo em procura direta por auxílio imediato na SEPOL.

¹⁸ UFPR. Setor Litoral. SEPOL. **Recepção de Calouros 2018**. Matinhos, 2018. Apresentação realizada na UFPR Litoral.

Os casos de VDFCM revelados influenciam na pontuação da estudante para a classificação na lista de estudantes que solicitam o recebimento do PROBEM, pois a situação a coloca em um outro nível dentro do grupo de vulnerabilidade social. Se o relato é feito pessoalmente há o acolhimento, a escuta qualificada e a orientação sobre o atendimento dentro da SEPOL e em outros equipamentos no município como por exemplo na Delegacia da Polícia, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e no Ministério Público.

A demanda existe, chega até a SEPOL e entende-se que a unidade já é referência para as estudantes que estão passando por situação de violência, mas reforça-se que a unidade é um braço das ações desenvolvidas pela SIPAD que, ainda que esteja fisicamente lotada em Curitiba, precisa estender suas ações para os outros setores da UFPR, conforme prevê a resolução que constituiu a superintendência (UFPR. COPLAD, 2017). Nesse momento, a única ação em vigência é a Unidade de Apoio e Acolhimento de Denúncias, que

[...] é responsável por acolher, escutar, orientar as vítimas de discriminação, assédio, e ou **violência**, acompanhando as denúncias de violação dos Direitos Humanos. Realiza também atendimento psicológico e social de vítimas de discriminação e encaminhamento para áreas de saúde, jurídica, de segurança quando necessário. Além de atuar em diálogo com os diversos coletivos relacionados à promoção da inclusão, da igualdade, da acessibilidade, dos direitos humanos e das ações afirmativas e promover ações educativas de **combate ao racismo, ao preconceito, à discriminação, à violência de gênero e de orientação sexual no ambiente universitário**. (UFPR. SIPAD, [201-], não p., texto mantido no formato original).

As denúncias e o contato também podem ser feitos por telefone, mas a unidade de acolhimento presencialmente só funciona em Curitiba, por enquanto.

No ano de 2019, a SIPAD ofereceu o curso “Rede de acolhimento: mulheres e LGBTI”, do qual participaram membros da SEPOL e de outras unidades da UFPR Litoral. O curso teve a intenção de proporcionar às e aos docentes e técnicas/os uma formação sobre “gênero” e diversidade sexual em perspectiva interseccional. A proposta era sensibilizar e capacitar a comunidade universitária para acolher e encaminhar casos de violência e discriminação contra mulheres e LGBTI no âmbito de toda a instituição (UFPR, 2019), junto com a SEPOL, as e os participantes da Rede que se formou através desse curso na UFPR Litoral serão as pessoas que multiplicarão as futuras ações da SIPAD sobre o tema no setor.

3.2 A EDUCAÇÃO, UFPR LITORAL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

O enfrentamento da violência contra a mulher, incluindo a VDFCM, exige o entendimento das mulheres enquanto categoria e os diversos determinantes que as atravessam e, considerando que a violência contra é mulher uma expressão da questão social, é fundamental o entendimento da mulher na sociedade

[...] **articuladamente com uma visão de classe**, partindo da compreensão de que, **para a superação das desigualdades sociais**, é insuficiente que as mulheres da classe trabalhadora percebam e lutem por iguais condições com os homens, **é necessário que possuam identidade de classe**, para que possam compreender sua situação como trabalhadoras e lutar pelo fim as classes, o que exige a ruptura com a ordem sociometabólica do capital. (CISNE, 2015, p. 115, grifo nosso).

Compreende-se que é nesse aspecto que educação se torna emancipadora¹⁹ para as mulheres.

De acordo com Cisne (2015), há uma falsa ideia de que as mulheres alcançaram um patamar de igualdade social com os homens, que se libertaram, que alcançaram uma independência já que ocupam grande espaço no mercado de trabalho, que há “uma nova mulher”, e que, para a superação das mazelas de uma sociedade heteropatriarcal, só é necessário “um novo homem”, corroborando a ideia de que é preciso trabalhar muito mais a masculinidade, retirando a centralidade da mulher da discussão das relações sociais de sexo, prejudicando a organização feminina e muitas mulheres que, ludibriadas pelo sistema estrutural da opressão gerada pelas relações sociais de sexo, ainda carecem de uma consciência “[...] de sua condição social e ainda minguem nesse modelo de sociedade com as jornadas intensivas e extensivas de trabalho, **com os mais variados tipos de violência** e com os mais precários trabalhos [...]” (CISNE, 2015, p. 93, grifo nosso).

É preciso trabalhar, concomitante, a condição da mulher na sociedade e a masculinidade dos homens, no entanto **não se pode colocar mais essa responsabilidade sobre a mulher**, como se as mulheres educando homens fosse a

¹⁹ Como nos dizem Cisne e Santos (2018), “Entendemos que a emancipação humana, juntamente com a eliminação das classes, a superação do racismo e do patriarcado como sistemas que não apenas integram as classes, mas, também, estruturam desigualdades, opressões e explorações, dimensões incompatíveis com uma vida de liberdade e igualdade substantivas.” (p. 79).

superação para essas condições, primeiro porque ainda há muito trabalho para se realizar por mulheres e entre mulheres antes que os esforços sejam destinados exclusivamente à reeducação dos homens, segundo porque é o Estado quem precisa ser responsabilizado por toda essa desconstrução, já que “Todas as formas de violência contra a mulher, como a ocorrida em relações interpessoais ou em relações sociais coletivas, encontram uma determinação em comum: o patriarcado.” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 74).

Ao analisar os dados de uma pesquisa sobre tolerância social à violência contra as mulheres, realizada em 2014 pelo IPEA, Coutinho (2017) aponta que a sociedade brasileira ainda mantém um posicionamento conservador e moralizador quanto ao comportamento da mulher. Nessa pesquisa, dos 3.810 entrevistados

58% concordaram, total ou parcialmente, que “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros”, sendo que 63% concordaram, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. E 89% dos entrevistados afirmaram que “a roupa suja deve ser lavada em casa”; e que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, concordaram 82%. (COUTINHO, 2017, p. 187).

Os índices alarmantes e tão recentes evidenciam que é necessário trabalhar urgentemente a formação das ideias acerca da condição da mulher na sociedade. Nesse sentido, concebe-se que educação, em todo o seu âmbito, precisa incluir a tão polêmica educação de “gênero” no ensino²⁰, contribuindo para a construção de uma sociedade com igualdade substantiva entre homens e mulheres. E ainda, que o ensino deve estar pautado em uma visão crítica, trazendo a imbricação entre raça, classe e o heteropatriarcado, já que o Brasil é um país de história colonial europeia, e carrega “[...] uma substância patriarcal, sexista e racista sem as quais se torna impossível compreender a complexidade das classes sociais do país.” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 104). As autoras pontuam

²⁰ Há nos dias atuais uma verdadeira guerra dos mais conservadores contra a chamada “ideologia de gênero”. O jornal O Globo publicou recentemente: “A cruzada contra o que chama de ‘ideologia de gênero’, termo rejeitado por educadores, foi uma das principais plataformas políticas de Bolsonaro durante a campanha eleitoral. As temáticas relacionadas à educação e aos direitos LGBTI têm sido alvo de investidas do MEC. Recentemente, o presidente determinou ao órgão que intercedesse pela suspensão de um edital destinado especificamente à seleção de pessoas transgêneros para a ingresso na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).”. (O GLOBO, 2019, não p.).

Os papéis femininos e masculinos, portanto, não são meras “questões de gênero”, mas se inserem numa lógica estruturante das relações sociais de sexo ou, se preferir, das relações patriarcais de sexo que são permeadas por explorações e se imbricam com a constituição das classes sociais e com as relações étnico-raciais. (Ibidem, p. 62).

Costa (2018), citando Silva (1992), analisa que no debate sobre violência contra as mulheres a ideologia dominante, a do heteropatriarcado, possui um papel de destaque na propagação das relações antagônicas de poder entre homens e mulheres que reproduz a supremacia masculina. A autora coloca

É necessário um arsenal ideológico, cultural e simbólico que dissemine, naturalize e legitime a lógica do patriarcado, do racismo e da divisão sexual do trabalho. **Sem a dimensão ideológica propagada pela educação, mídia, escola, cultura etc, não seria possível garantir o domínio e poder** na esfera econômica sem espriar para a esfera social, política e cultural. (COSTA, 2018, p. 81, grifo nosso).

À vista disso, Cisne e Santos (2018) reforçam que, além de uma rede de equipamentos diretamente ligada à questão da violência contra a mulher, é importante investimento por parte do Estado na prevenção da violência contra a mulher através **de uma educação não sexista nas escolas**, de construção de legislações que vetem a desvalorização social da mulher, assim como de investimentos em política de emprego e renda que não reforcem a divisão sexual do trabalho.

No tocante da UFPR Litoral, o PPP explicita que tem por objetivo promover uma educação emancipatória e em seu texto afirma que

É preciso **diminuir os processos excludentes** do contexto em que vivemos, onde o mundo do trabalho e suas radicais transformações são evidências incontestáveis. Cabe então a **universidade questionar e fazer a sociedade refletir sobre que tipo de homem e de sociedade quer construir**. (UFPR. Setor Litoral, 2008, p. 5, grifo nosso).

Essa reflexão sobre o “tipo de homem e de sociedade” que a UFPR Litoral traz para si e demais universidades, admitindo as radicais transformações causadas pelo mundo do trabalho, só será possível quando o **papel da mulher** for pensado e debatido **de forma ampla**, em todas as instâncias da vida, sendo que a universidade, por ser um centro de produção de conhecimento, tem **o dever de promover essa discussão**.

Se o PPP da UFPR Litoral objetiva o combate da resignação e da naturalização do sofrimento e exclusão social (UFPR. Setor Litoral, 2008), infere-se

também que é missão dessa universidade discutir as situações que envolvem a mulher, contribuindo para a emancipação da mulher dentro da sociedade capitalista heteropatriarcal e para o enfrentamento da violência contra a mulher, inclusive a doméstica e familiar.

Evidencia-se a importância do Serviço Social no processo da construção dessa discussão, pois enquanto curso de graduação da UFPR Litoral capacita as/os estudantes para o diálogo, pesquisa, análises críticas e proposições, e enquanto representado nas/os Assistentes Sociais que compõem o quadro docente e técnico da universidade, fortalece a importância da demanda uma vez que a profissão também tem por princípio o “VI- empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à **discussão das diferenças**” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 128, grifo nosso).

Um folheto distribuído pela Secretaria da Mulher de Curitiba que traz em seu título “Educação para Igualdade e Cidadania”, disponível no balcão onde ficam os informativos na recepção da UFPR Litoral, em frente a sala da SEPOL, aponta que

É papel do poder público e da sociedade garantir programas e ações que possibilitem à mulher o exercício pleno da cidadania, como por exemplo: direito à educação, a salário igual para igual função e à ascensão profissional a cargos com poder de decisão nas organizações. Bem como, **promover ações que superem preconceitos e discriminação de gênero, raça, identidade de gênero, orientação sexual e conflitos de geração.** (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 201-, panfleto, grifo nosso).

E ainda, especificamente sobre a universidade pública, concorda-se com Yamamoto:

A universidade que se defende é aquela que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, **que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica**, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições específicas. (2015, p. 432, grifo nosso)

Não há dúvidas quanto ao papel que o poder público, aqui representado pela UFPR Litoral, tem em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher, de modo que é dever da universidade garantir que o assunto esteja sempre em pauta.

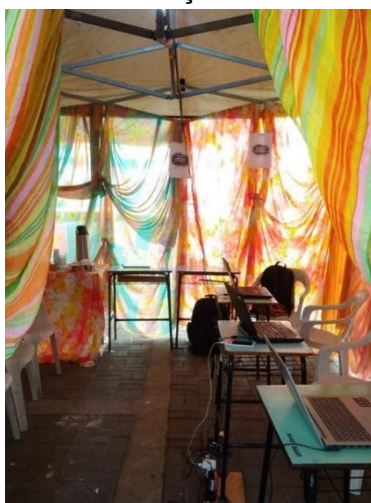
4 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E AS ESTUDANTES MULHERES DA UFPR LITORAL

Com o objetivo de entender de que maneira e em qual medida a violência doméstica e familiar atinge as estudantes mulheres da UFPR Litoral, também como parte do projeto de intervenção do estágio em Serviço Social realizado pela estudante que apresenta este trabalho na SEPOL, foi realizada uma pesquisa de campo descritiva, de natureza quantitativa, através da aplicação de um questionário durante 6 dias na UFPR LITORAL, de 27/08 e 01/09/2018, no espaço entre blocos do prédio.

O questionário, feito através de um formulário do Google Formulários (APÊNDICE 1), continha perguntas estruturadas e semiestruturadas distribuídas em quatro partes: a primeira com perguntas para obter dados para análise demográfica, a segunda com perguntas sobre atual situação de VDFCM, a terceira com perguntas sobre VDFCM pregressa e a quarta um campo livre, não obrigatório, para relatar o que a estudante pesquisada quisesse e julgasse importante sobre violência contra a mulher e/ou vivências e expectativas em relação a atuação da UFPR Litoral sobre o assunto. A construção das questões foi realizada em conjunto com as orientadoras de estágio de campo e acadêmica, trazendo as necessidades de informações que se julgaram importantes.

As perguntas foram respondidas online pelas estudantes, porém decidiu-se criar um espaço físico, uma tenda, como demonstrado na FOTO 1:

FOTO 1 – APLICAÇÃO DA PESQUISA



FONTE: a autora (2018).

Na tenda foram disponibilizados computadores para o acesso ao formulário, garantindo assim que fossem estudantes mulheres respondendo-o, de forma anônima, e que pudessem fazê-lo com certa privacidade. Intentou-se também criar uma aproximação com as pesquisadas com a aplicação presencial do questionário, de forma que também foi criado um espaço de café na tenda, para que as pesquisadas se sentissem mais acolhidas uma vez que o tema era bastante inquietante e alguns gatilhos de violência poderiam ser disparados. Durante a aplicação da pesquisa havia sempre a pesquisadora, a assistente social orientadora do campo de estágio e/ou alguma colega parceira na tenda para explicar as possíveis dúvidas.

A determinação do local para se colocar a tenda aplicação da pesquisa se deu em virtude de o espaço entre blocos da UFPR Litoral ser o ambiente onde a circulação de estudantes é maior no campus, assim despertou-se a curiosidade de toda a comunidade acadêmica, de maneira que criou-se também uma oportunidade de falar sobre o tema com todas e todos.

O convite às estudantes para responder ao formulário foi realizado via divulgação do mesmo pelas redes sociais da SEPOL e da pesquisadora, assim como pessoalmente para as estudantes que passavam pela tenda e em recados passados nas salas de aula durante a semana.

De acordo com os registros acadêmicos²¹ no início do segundo semestre de 2018 tinham-se 1.010 estudantes mulheres matriculadas nos cursos de graduação da UFPR Litoral, o que corresponde a 62% dos total de estudantes de graduação; e ainda 54 estudantes mulheres matriculadas na Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, 45 na Especialização em Alternativas para uma Nova Educação e 43 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, totalizando um universo de **1.152** estudantes mulheres matriculadas para a aplicação da pesquisa, das quais foram obtidas **244** respostas válidas, ou seja, foi alcançado uma amostra de **21%**, o que se entende ser um percentual satisfatório para a análise pretendida.

Destaca-se que pesquisa realizada durante o período de estágio alcançou uma dimensão maior do que se esperava. Assim, as análises mais profundas dos resultados foram destinadas a este trabalho de conclusão de curso, e a finalização do

²¹ UFPR. Setor Litoral. Seção de Gestão Acadêmica (SGA). **Relatório de alunos matriculados - 2018/02**. Matinhos, 2018. Informação recebida por e-mail.

período de estágio se deu através da realização do projeto de intervenção materializado no evento “TODAS/OS POR UMA! – II Fórum de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: violência doméstica e familiar – Matinhos/PR”, realizado no setor Litoral no dia 26/11/2018, no qual profissionais como assistentes sociais do município e a delegada da Polícia Civil fizeram falas sobre o tema.

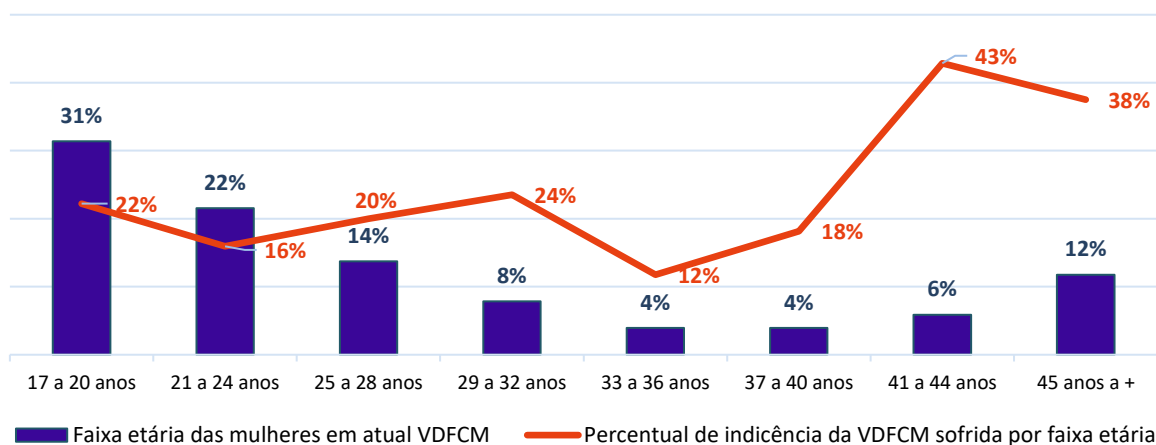
Neste evento, a estudante pesquisadora apresentou alguns dados obtidos com a pesquisa, como a quantidade de estudantes em situação atual de VDFCM e a quantidade de estudantes com histórico de VDFCM, para ilustrar a urgência de se debater a violência contra a mulher no espaço acadêmico. As análises mais profundas e dos demais dados se apresentam a seguir.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As análises estatísticas dos dados quantitativos foram realizadas dividindo as informações entre as violências sofridas atualmente e as violências pregressas, realizando os recortes que se julgaram importantes.

Constatou-se que 51 das estudantes mulheres que participaram da pesquisa (21% da amostra) estão em atual situação de violência doméstica e familiar, um índice que se considera alto para uma condição que não deveria existir. Analisando as afirmações de VDFCM pela faixa etária das respondentes, vê-se que 67% tem até 28 anos, conforme GRÁFICO 1.

GRÁFICO 1 – ESTUDANTES EM ATUAL VDFCM - RECORTE POR IDADE

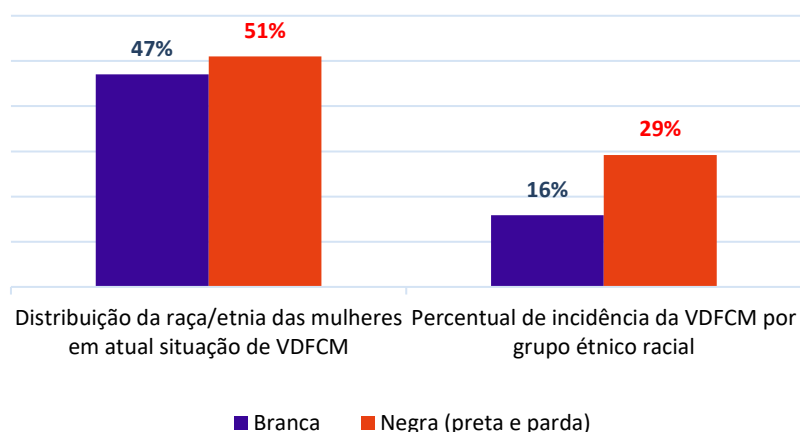


FONTE: A autora (2018).

Visto que o público de estudantes da universidade é majoritariamente jovem (até 29 anos), compreende-se o porquê de as mulheres mais jovens aparecerem como as que mais estão em situação de VDFCM em relação a todas que responderam estar nessa condição, o que é representado pela barra azul no GRÁFICO 1. No entanto, observando individualmente cada faixa etária (linha laranja), vê-se que entre as mulheres acima de 41 anos a probabilidade de uma estar em atual situação de VDFCM é muito maior do que a das jovens.

Analisando a identificação racial dessas mulheres, vê-se que as que mais estão em atual VDFCM são as negras, como mostra o GRÁFICO 2.

GRÁFICO 2 – ESTUDANTES EM ATUAL VDFCM - RECORTE ÉTNICO-RACIAL

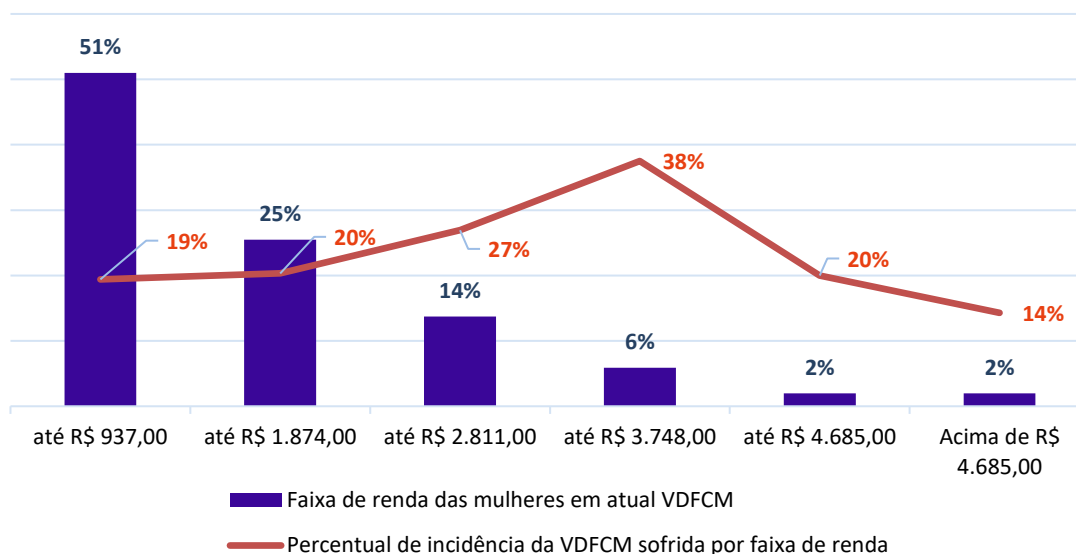


FONTE: A autora (2018).

Das 244 respostas, 151 (62%) mulheres se autodeclararam brancas e 89 (36%) pretas ou pardas (negras), 2 indígenas, das quais uma declarou estar em atual situação de VDFCM, e 2 como “outra”. Assim, é ainda mais expressivo o índice de VDFCM entre as mulheres negras uma vez que, conforme o GRÁFICO 2, elas foram as que mais relataram a situação de violência entre todas as mulheres que afirmaram sofrer VDFCM no presente, estando, ainda, em um número muito menor do que as mulheres brancas. Analisando cada grupo étnico-racial nota-se que entre as mulheres brancas o índice é muito menor do que entre as mulheres negras. Esses dados ratificam as estatísticas sobre a VDFCM contra mulheres negras apresentadas no item 2.3 deste trabalho.

Quanto a faixa de renda das estudantes em atual situação de VDFCM, tem-se o GRÁFICO 3:

GRÁFICO 3 – ESTUDANTES EM ATUAL VDFCM - RECORTE POR RENDA



FONTE: A autora (2018).

Assim como os dados com o recorte de faixa etária, entende-se que a concentração das repostas positivas para atual situação de VDFCM nas faixas de renda de até R\$ 2.811,00 se dá devido ao público universitário da UFPR Litoral. O questionário especificamente perguntou “Qual o valor médio mensal que garante a sua subsistência?” (APÊNDICE 1), intentando saber com qual valor a mulher pesquisada dispunha para a própria subsistência. Vê-se no gráfico que, apesar da referida concentração, o percentual do índice de VDFCM mais alto aparece na faixa de renda entre R\$ 2.812,00 até R\$ 3.748,00, um dado que contribui com desmistificação de que a VDFCM é um fenômeno ligado à pobreza. Como traz a autora Saffioti

Isto é importante para que, mais uma vez, **não se caracterize tudo que é mau como integrante da cultura pobre**. Fulano estuprou a filha, espanca regularmente sua mulher? Isto ocorre nas favelas, nos cortiços, no meio pobre, diz-se. No seio das camadas abastadas, forma-se uma cumplicidade dos membros da família, estabelecendo-se o sigilo em torno dos fatos. (2015, p. 27, grifo nosso).

É importante desconstruir a ideia de que a VDFCM ocorre apenas em meio à pobreza não só por uma questão de combate a um preconceito, mas também para incentivar a denúncia da VDFCM entre as mulheres dos segmentos mais abastados. Ainda assim, é preciso particularizar as violências sofridas por mulheres negras,

pobres, brancas trabalhadoras, das sofridas pelas brancas, ricas, burguesas ou de classe média, refletindo acerca das suas condições de vida, acesso à justiça, a educação, etc., (COSTA, 2018), elementos que influenciam em como se dá VDFCM e no seu enfrentamento por essas mulheres.

Em outro dado sobre a renda, das mulheres que responderam estar em atual situação de VDFCM, observou-se que 39% afirmou que parte da renda para sua subsistência provém de alguma bolsa estudantil (PROBEM, auxílio moradia, bolsa de projetos, etc.). A pesquisa não abordou a importância das bolsas para as estudantes em atual situação de violência, no entanto evidencia-se que devido à condição de sobrevivência no litoral do Paraná, região onde há grande desemprego e sazonalidade nos trabalhos informais, as bolsas são essenciais para a permanência de muitas/os estudantes na UFPR Litoral. Pode-se assim pressupor o quão importante são as bolsas para as estudantes que estão em situação de VDFCM.

Quanto a identificação de gênero das mulheres em atual VDFCM, das 51 respostas afirmativas 90% se identificaram como mulher-cis²², 4% como mulher transsexual, 4% como não binária e 2% como outro (binária, binário, hétero, mulher, mulher como mulher, mulher lésbica). Destaca-se que do total de participantes 3 se autodeclararam mulher transsexual e dessas 2 estão em atual situação de VDFCM, demonstrando o alto índice da VDFCM entre as mulheres transsexuais.

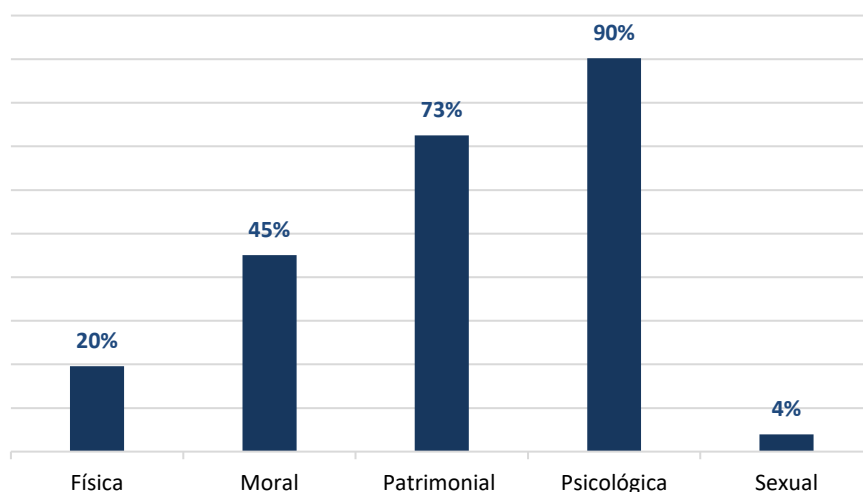
Sobre a orientação sexual das mulheres em atual VDFCM, 71% das que estão nessa situação são heterossexuais, 24% bissexuais, 4% homossexuais e 2% afirmaram possuir outra orientação (assexual, "pessoas", pansexual). A grande maioria dessas mulheres residem com a família (53%) ou com o/a cônjuge (33%), e 25% são mães. Sobre este último percentual, é importante identificar as mães uma vez que a VDFCM afeta também as e os filhos, seja pelas crianças também sofrerem diretamente os abusos, seja por crescerem em um ambiente violento.

Quanto a violência sofrida, a questão trazia a redação “Onde você reside você sofre atualmente algum tipo e violência (física, sexual, moral, psicológica e/ou patrimonial)?” (APÊNDICE 1), com a intenção de identificar os tipos de violência

²² Pessoas cisgênero são aquelas que se identificam com o sexo atribuído a elas quando nasceram. Exemplo, uma mulher-cis é aquela mulher que foi designada como mulher ao nascer e se identifica como mulher.

onforme a divisão estabelecida na Lei Maria da Penha, da qual obteve-se as respostas por tipo de violência conforme o GRÁFICO 4.

GRÁFICO 4 – ESTUDANTES EM ATUAL VDFCM – TIPOS DE VIOLÊNCIAS RELATADAS



FONTE: A autora (2018).

Para essa questão era possível assinalar mais de uma opção, de modo que a violência psicológica foi assinalada em quase todas as respostas. Vale ressaltar que havia um quadro explicando o que era cada tipo de violência para auxiliar as pesquisadas (APÊNDICE 1).

Importante destacar, concordando com a Saffioti (2015), que independentemente do tipo de violência praticada pelo agressor, as violências psicológica (emocional) e moral estão sempre presentes, e que todas as formas de violência “[...] prejudicam a autoestima, afetam, muitas vezes, a saúde mental da mulher e, frequentemente, refletem também em adoecimento físico.” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 74).

Entende-se que não há uma hierarquia de gravidade entre os tipos de violência, no entanto admite-se que as violências física e sexual são as mais brutas formas de opressão, deixando mais nítida a relação entre opressor e oprimida. Ao analisar-se esses índices observando a questão étnico/racial das respondentes, os mesmos são muito maiores entre as mulheres negras quando comparados com as mulheres brancas, condição que tem raiz histórica da imbricação entre os

determinantes raça/etnia, heteropatriarcado e o capitalismo, como visto no capítulo 2 deste trabalho e demonstrado na TABELA 1:

TABELA 1 – MULHERES EM ATUAL SITUAÇÃO DE VDFCM - INCIDÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA POR GRUPO ÉTNICO RACIAL*

TIPO DE VIOLÊNCIA	INCIDÊNCIA ENTRE NEGRAS		INCIDÊNCIA ENTRE BRANCAS	
	f	%	f	%
Física	7	27	3	13
Moral	15	58	7	29
Patrimonial	5	19	2	8
Psicológica	24	92	22	92
Sexual	2	8	0	0

FONTE: A autora (2018).

NOTA: *A mulher indígena que respondeu estar em atual situação de VDFCM relatou a violência moral.

Fazendo a mesma análise com o recorte geracional, tem-se que as mulheres jovens (de 17 a 28 anos) são as mais vulneráveis às violências física e sexual, conforme dados da TABELA 2.

TABELA 2 – MULHERES EM ATUAL SITUAÇÃO DE VDFCM - INCIDÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA POR GRUPO DE FAIXA ETÁRIA

TIPO DE VIOLÊNCIA	INCIDÊNCIA POR GRUPO DE FAIXA ETÁRIA					
	DE 17 A 28 ANOS		DE 29 A 40 ANOS		ACIMA DE 41 ANOS	
	f	%	f	%	f	%
Física	8	24	0	0	2	22
Moral	15	44	4	50	4	44
Patrimonial	3	9	2	25	2	22
Psicológica	31	91	8	100	7	78
Sexual	2	6	0	0	0	0

FONTE: A autora (2018).

A TABELA 2 demonstra também que a violência física foi relatada consideravelmente entre as estudantes acima de 41 anos e não apareceu em nenhum relato das mulheres do grupo de 29 a 40 anos de idade, um fato indagador que essa pesquisa não teve oportunidade de explicar.

Quanto às violências física e sexual expressadas nos grupos de estudantes heterossexuais e não heterossexuais, tem-se índices parecidos para a física, 19% e 20% respectivamente, porém há disparidade na violência sexual, a qual foi relatada apenas por mulheres não heterossexuais em um índice de 13% de incidência no grupo.

Os dados demonstrados por categorias de mulheres intentam reforçar que **as mulheres não são universais** e que os diversos fenômenos sociais, incluindo a VDFCM, se manifestam de forma diferente nos diferentes grupos de mulheres, exigindo assim políticas que considerem essa diversidade, conforme debate realizado no capítulo 2.

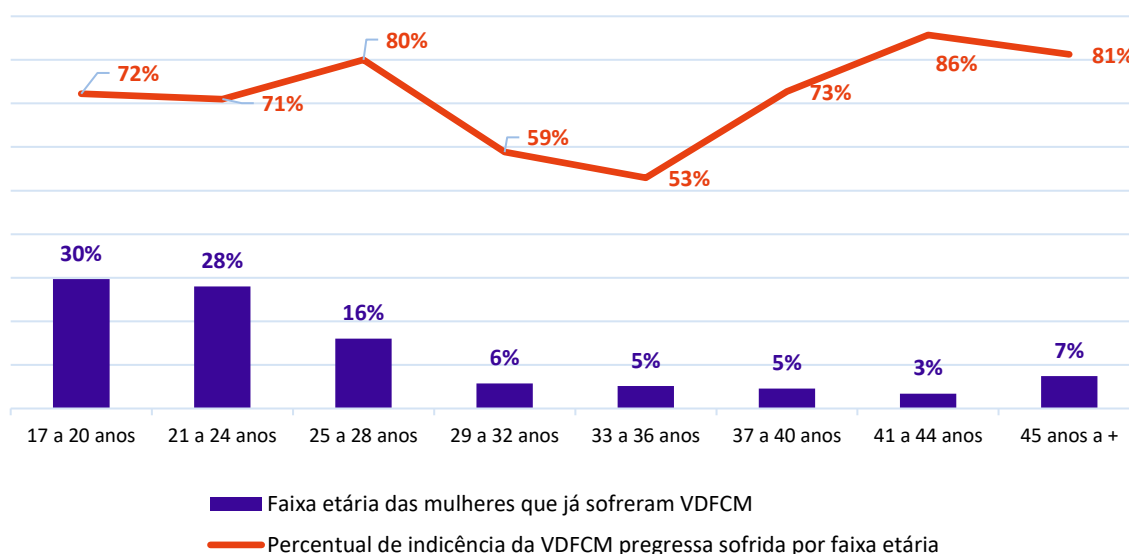
Quanto ao vínculo da estudante com a pessoa agressora, 39% das mulheres citaram a relação conjugal e 51% familiar de 1º grau (pai, mãe, irmãos, avós) com a mesma. Essa questão, que tinha como redação “Qual o seu vínculo com o/a agressor/a?” (APÊNDICE 1), permitia apenas uma resposta entre as opções “Conjugal”, “Familiar de 1º grau (pai, mãe, irmãos, avós)”, “Familiar de grau distante” ou “Outro” com espaço para preencher o tipo do vínculo, de modo que durante a resposta da mesma várias dúvidas apareceram de mulheres que sofriam violência por parte de mais de uma pessoa, situação que a construção da pergunta não considerou. Assim, foi instruído à respondente que no campo “Outro” informasse os vínculos no caso de mais de uma pessoa ser agressora, o que aconteceu em 6% dos relatos. Também nesse espaço apareceram os vínculos: amigas, amigo da família, convivência diária, comunidade, nenhum e vizinho.

Relatos verbais durante os dias da pesquisa apontaram situações que envolviam pessoas externas da família, como com colegas com quem se divide o aluguel e locadores, com violências que aconteciam no domicílio, uma realidade de estudantes da UFPR Litoral que muitas vezes vêm de outras cidades para estudar no campus.

A pesquisa também investigou se as estudantes tem histórico de VDFCM em suas vidas. Ao responderem “Você já sofreu violência (física, sexual, moral, psicológica e/ou patrimonial) doméstica familiar em outros momentos da sua vida?” (APÊNDICE 1), 175 estudantes (72%) responderam que sim.

Ao se observar a faixa etária das respondentes, vê-se que a concentração é mantida entre as mais jovens também em virtude do perfil do público da universidade, conforme demonstra o GRÁFICO 5.

GRÁFICO 5 – ESTUDANTES COM HISTÓRICO DE VDFCM - RECORTE POR IDADE

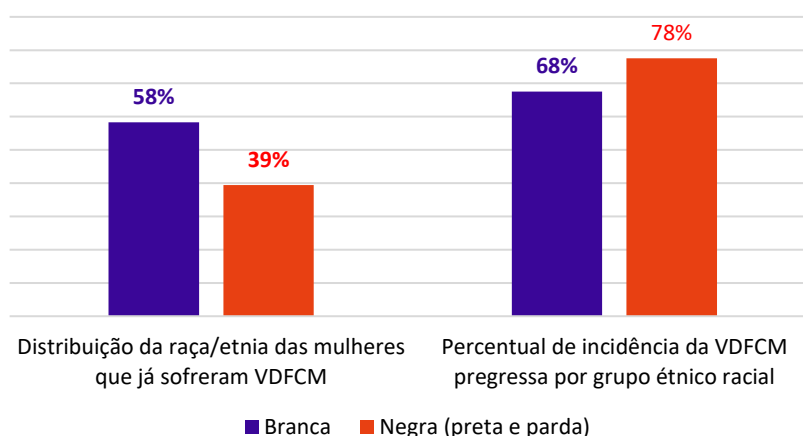


FONTE: A autora (2018).

O GRÁFICO 5 também demonstra que na UFPR Litoral, independente da faixa etária, ao perguntar para um grupo de mulheres pertencentes a mesma faixa etária se alguma delas já sofreu qualquer tipo de VDFCM em algum momento na vida, infalivelmente mais da metade responderá que sim.

Fazendo o recorte de raça/etnia, para os relatos de VDFCM pregressa, observando os grupos de mulheres brancas e mulheres negras, tem-se GRÁFICO 6:

GRÁFICO 6 – ESTUDANTES COM HISTÓRICO DE VDFCM - RECORTE ÉTNICO-RACIAL



FONTE: A autora (2018).

Do total de resposta, as mulheres brancas foram as que mais relataram a violência pregressa. No entanto, mais uma vez a incidência é maior entre o grupo das

mulheres negras (78%). Das 4 mulheres que se declaram indígenas ou “outra”, todas afirmaram ter sofrido VDFCM pregressa. Elucida-se que quanto às mulheres indígenas, a pesquisa não abordou se as violências sofridas se deram enquanto aldeadas ou não.

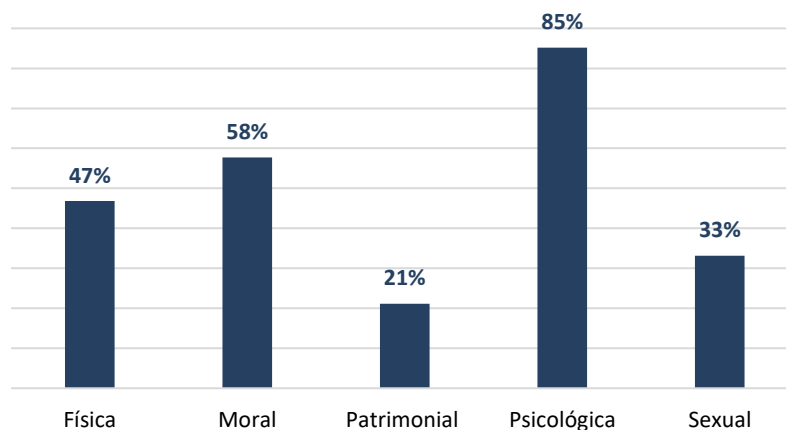
Sobre a condição de renda dessas mulheres, a pesquisa considerou apenas a situação atual, de modo que não foi possível trazer o intercruzamento dos dados de renda e VDFCM pregressa sofrida.

Quanto a identificação de gênero das mulheres que têm histórico de VDFCM, das 175 respostas afirmativas 88% se identificaram como mulher-cis, 2% como mulher transsexual, 7% como não binária e 3% como outro. Destaca-se que os maiores índices por grupos ficaram entre as mulheres transsexuais (100%) e não binárias (81%), ambos grupos que desafiam as imposições de feminilidade do heteropatriarcado.

Sobre a orientação sexual das mulheres que apontaram VDFCM pregressa, 59% das que passaram por essa situação são heterossexuais, 29% bissexuais, 9% homossexuais e 3% de outra orientação. Quanto a incidência por grupo, entre as heterossexuais o índice ficou em 67%, e entre os grupos de bissexuais, homossexuais e de outra orientação os índices ficaram em 84%, 75% e 71%, respectivamente, números que apontam que a incidência da violência contra mulheres não heterossexuais é maior.

Dos tipos de violência pregressa relatadas tem-se o GRÁFICO 7:

GRÁFICO 7 – ESTUDANTES COM HISTÓRICO DE VDFCM – TIPOS DE VIOLÊNCIAS RELATADAS



FONTE: A autora (2018).

Entre as violências sofridas no passado a violência psicológica é outra vez a mais relatada. Destaca-se os altos índices de violência física e sexual, evidenciando o salto dos índices que eram 20% para a violência física e 4% para a sexual entre as mulheres em atual situação de VDFCM, e aparecem em 47% e 33%, respectivamente, nos relatos sobre violências pregressas.

A pesquisa não abordou se a pessoa agressora do presente é a mesma do passado, no entanto sabe-se que das mulheres que relataram atual situação de VDFCM, 80% apontou essa condição no passado.

Quanto a incidência dos tipos de violência sofridas no passado por grupos, as maiores discrepâncias entre os índices se mostraram com o fator geracional para a violência física, onde a incidência entre mulheres acima de 41 anos ficou em 61%, muito maior do que os grupos de 17 a 28 anos (44%) e 29 a 40 anos (48%). Nesse aspecto, sabe-se de a dificuldade mulheres mais velhas frequentarem cursos de graduação uma vez que muitas delas entram na universidade após anos sem contato com a educação, de maneira que a condição do histórico de VDFCM demonstrada no índice do grupo de mulheres acima de 41 anos é ainda mais agravante.

Sobre o fator da orientação sexual, o qual para a violência física entre o grupo das não heterossexuais o índice ficou em 54% e para as heterossexuais em 42%, e para a violência sexual 45% e 25%, respectivamente, novamente os índices mostram que sofrem mais brutalmente as mulheres que não correspondem aos padrões do heteropatriarcado.

A incidência da violência patrimonial por grupo também muda significativamente quando se analisa o fator geracional, ficando em 15% entre as mulheres de 17 a 28 anos, 44% entre as de 29 a 40 anos e 32% entre as mulheres que têm mais de 41 anos.

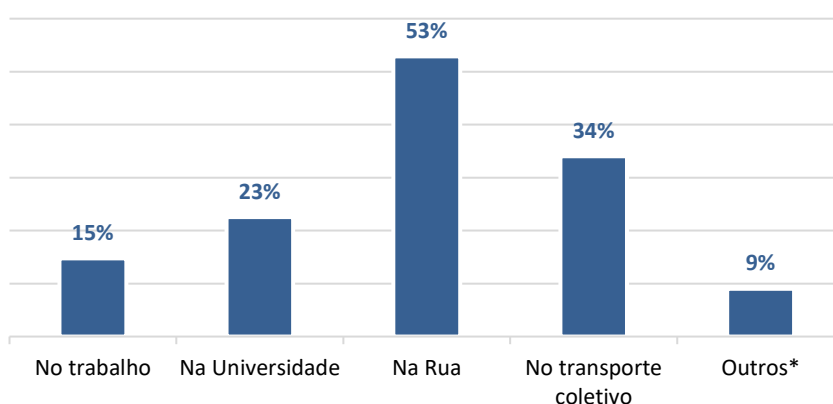
Quanto ao vínculo da estudante com a pessoa agressora a época, 47% das mulheres citaram a relação conjugal e 42% familiar de 1º grau (pai, mãe, irmãos, avós, padrasto) com a mesma. Em 14% dos relatos foram apontadas mais do que uma pessoa agressora e outras respostas que apareceram no campo “Outro” foram: amigo da família, amigos, babá, colegas, colegas de moradia, colegas de trabalho, conhecidos, desconhecido, liderança, nenhum, pai de amiga, patrão e vizinho.

Perguntou-se às pesquisadas se “Atualmente, você é ou se sente ameaçada pelo/a agressor/a?” (APÊNDICE 1) que praticou a violência pregressa, 24%

responderam que sim, o que se acredita impactar diariamente nas vidas das estudantes nessa situação, já que todo o processo de estudo dentro de uma graduação exige muita dedicação mental e emocional, de forma que vivenciar essa experiência sob medo é ainda mais dificultoso.

Também questionou se a estudante sofria violência em outros espaços onde convive e 66% das respostas foram afirmativas. Os lugares apontados foram descritos conforme o GRÁFICO 8.

GRÁFICO 8 – OUTROS ESPAÇOS ONDE OCORRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



FONTE: A autora (2018).

NOTA: *Outros: todos espaços; "balada"; academia; viagens da universidade; festas; vizinho; amigo da família, ambiente familiar; comércio

Nota-se que além da rua e transporte coletivo, as estudantes também percebem o ambiente da universidade como um espaço hostil para as mulheres.

A última parte do questionário trazia um campo livre não obrigatório com o texto “Use esse espaço para relatar o que quiser e julgar importante sobre violência contra a mulher e/ou suas vivências e expectativas em relação a atuação da UFPR Litoral sobre o assunto.” (APÊNDICE 1), o qual foi preenchido por 117 estudantes (48% das pesquisadas) e demandou uma análise qualitativa das respostas. Os discursos foram interpretados por categorias, as quais surgiram da leitura flutuante das respostas e se constituíram em seis: **relatos de VDFCM, relatos de violência na universidade, relatos de superação, análises sobre o tema da VDFCM, análise sobre o papel da universidade e sugestões.**

Apresenta-se cada categoria trazendo os principais elementos e alguns trechos das respostas das mulheres estudantes pesquisadas, as quais são

representadas com nomes fictícios, as Marias, uma vez que a pesquisa foi anônima. A faixa etária, raça/etnia e orientação sexual informadas são as reais das pesquisadas, informações que se julgou importante colocar para dar confiabilidade às falas. Importante estabelecer que a redação das respostas foi mantida integralmente.

Identificou-se a primeira categoria, **relatos VDFCM**, em 28 respostas, as quais evidenciaram diversos tipos de violência nos variados períodos das vidas das mulheres, conforme demonstram os trechos:

“[...] sofri abusos por toda infância, adolescência e mesmo adulta por meio de relacionamentos abusivos. Sofri tanto violência física quanto psicológica [...]”. (Maria Elisa, 37 a 40 anos, branca, heterossexual).

“Durante boa parte da minha infância presenciei meu pai com ato de violências contra a minha mãe, o que fez com que eu desenvolvesse alguns tipos de problemas psicológicos.” (Maria Amélia, 17 a 20 anos, parda, homossexual).

“Durante toda minha vida sofri violência moral, psicológica e física vindas de meu pai, sentindo em momentos sentimentos de ódio pelo mesmo. Mesmo o amando não admito isso vindo de nenhum outro homem, e quando tiver a oportunidade de ir embora, não pretendo nunca mais voltar a morar com eles (meus pais). Não sei o que se passa na cabeça deles, é um sentimento de dominação sobre nós, mas isso logo logo passa. Sempre vou lutar pelos meus direitos, nem que para isso eu tenha que morrer em combate.” (Maria Bruna, 17 a 20 anos, parda, heterossexual).

“Sofri violência doméstica durante meu casamento de 3 anos e não sabia o quão grave era até o término do relacionamento, onde o agressor passou a fazer ameaças entre outras coisas horríveis.” (Maria Preta, 21 a 24 anos, preta, heterossexual).

“Sofri a violencia pelo namorado, e na epoca por vergonha e medo nao cheguei a denuncia-lo. Por algum tempo fui ameaçada a ter minha intimidade exposta. não o denunciei pelo fato do pai do agressor ser policial militar, fiquei com muito medo de algum tipo de represalia. Porem, se eu tivesse a orientação e maturidade que tenho hoje teria denunciado.” (Maria Rita, 25 a 28 anos, branca, heterossexual).

Esses relatos demonstram o quão presente é a VDFCM na vida das mulheres estudantes da UFPR Litoral e em suas famílias, da infância à vida adulta. Demonstram também como **a VDFCM afeta toda a estrutura familiar**, causando danos inclusive em quem presencia as situações de violência, como relatou Maria Amélia que vivenciou o pai agredindo a mãe e sofre danos psicológicos em virtude disso. Sobre isso, Freire e Passos reforçam que atualmente a violência doméstica é uma questão de saúde, “[...] pois diversos são os agravos à saúde das mulheres que vivem/viveram situação de violência doméstica.” (2015, p. 72).

Destaca-se, como no relato de Maria Bruna, que muitas vezes ainda há uma relação de amor entre a mulher em situação de violência e o/a agressor(a), o que dificulta muito a saída da mulher dessa condição. Nesse sentido, Saffioti (2015) em sua pesquisa sobre violência envolvendo casos incestuosos, mais especificamente entre pai e filha, e comparando situações ocorridas em famílias com maior ou menor poder aquisitivo, explanou sobre a dificuldade de uma criança pertencente a uma família rica que é violentada sendo “conquistada” pelo pai entender que está em um processo de violência. Nas palavras da autora,

[...] como nunca reagiu contra as provocações de seu pai, como nem sequer soube identificar o momento da transformação da ternura em libidinagem, colaborou com o pai durante todo o processo. Ainda que, a rigor, não tenha nenhuma culpa, tampouco responsabilidade, não se vê como vítima, que realmente é, mas como copartícipe. Disto deriva uma profunda culpa. (SAFFIOTI, 2015, p. 26).

A análise da autora é **fundamental para a desconstrução da ideia de culpa da mulher** que sofre violência, não é raro ouvir julgamentos culpabilizando a mulher que está nesta situação, colocando a total responsabilidade de romper com a violência na mulher.

Vale atentar também para o relato de Maria Preta, a qual coloca que não sabia o quão grave era a violência sofrida até o fim do casamento, realidade de muitas mulheres em situação de VDFCM. Para se ter uma ideia, em 2013 o Instituto Patrícia Galvão realizou uma pesquisa com homens e mulheres na qual 85% das e dos entrevistados concordaram com a afirmação “[...] de que mulheres que denunciam seus maridos/ namorados agressores correm mais risco de serem assassinadas por eles” (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2013, não p.).

A questão da VDFCM como controle da sexualidade também apareceu nos relatos, assim como a VDFCM cometida por mulher:

“Por anos sofri violencia familiar por parte do meu pai. Ao longo dos anos ele vem se mostrando interessado em melhorar como ser humano e como pai. Por conta da minha sexualidade que nem sempre foi bem resolvida, ele me pressionava e me julgava. Chegou a me expulsar de casa, apesar de nunca me agredir fisicamente, o psicologico sempre foi o ponto onde ele mais atingiu. Já vivi violencia fisica, psicológica, patrimonial, sexual em relacionamentos hetero e tambem quando me relacionei com mulheres.” (Maria Virgínia, 21 a 24 anos, branca, bissexual).

“o que mais me magoa e` que a violência que sofri mais recente foi de pessoa do mesmo gênero.” (Maria de Fátima, acima de 45 anos, branca, heterossexual).

Importante ressaltar que a LMP é aplicável em casos de VDFCM onde a agressora também é mulher (BRASIL, 2006), como em relacionamentos homoafetivos e na relação mãe e filha.

Destaca-se ainda os relatos:

“Vivi muito tempo sofrendo violência por ser quem eu sou, por isso internalizei a violência dentro de mim como algo natural e por muito tempo segui sofrendo violências por acreditar que como sou diferente é o preço que deveria pagar pela minha diferença [...]”. (Maria do Carmo, 29 a 32 anos, de outra raça/etnia, homossexual).

“é um problema real. quando aconteceu comigo, todos falavam que era frescura e que eu era exagerada. acreditar em uma mulher quando ela pede ajuda é o primeiro passo para que isso deixe de acontecer. acreditem, isso acontece com muito mais frequencia do que imaginamos.” (Maria Ivani, 21 a 24 anos, branca, heterossexual).

“Eu, como sofro violência psicológica no ambito familiar, sofro todos os dias, às vezes elas são até físicas e tenho medo de me posicionar contra essa pessoa por conta das ‘ameaças’, mesmo tendo pessoas do meu lado. Eu estou sendo fraca, mas

gostaria que as outras vítimas não fossem, corressem atrás do seu direito.” (Maria Filipa, 17 a 20 anos, branca, heterossexual).

Percebe-se a presença ideológica da naturalização da violência diante das regras heteropatriarcais do ser mulher descrita no relato de Maria do Carmo, que por ser diferente do que se é exigido pela sociedade acreditou que merecia as violências sofridas, como também no relato de Maria Ivani, que demonstra a reação da sociedade que tende a naturalizar a violência, apontando as reclamações como “frescura” da mulher.

No relato de Maria Filipa, aparecem o medo e a culpa, também frutos das construções heteropatriarcais, e ainda ela colocou que sentia medo mesmo contando com uma rede de apoio e se culpou por “estar sendo fraca”, elementos que demonstram a importância do fortalecimento da mulher em situação de violência. Nas palavras da Saffioti, “As mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa [...]” (2015, p. 24).

Também apareceram relatos explicitando o ciclo da VDFCM:

“Estive em um relacionamento abusivo durante 6 anos. A história é padrão. Dependência emocional extrema me fez aceitar condições inaceitáveis. Começou com críticas a personalidade, cobrando mudanças de comportamento, passando para ofensas verbais, culpa por causar sentimentos de fúria no outro até o ato físico. Promessas e mais promessas conduziram a relação por 6 anos, desse período 4 meses casada. Cerca de 2 meses após o casamento aconteceu novamente, por motivos banais, implorei para que a pessoa cuidasse da relação, já que dizia ser tão importante para ela. Passados outros 2 meses o evento se repetiu, no dia seguinte fui embora de casa e não voltei. Amanhã faz 2 meses que saí dessa situação.” (Maria Rosa, 21 a 24 anos, parda, heterossexual).

O ciclo da violência doméstica é composto por três fases: a primeira é o aumento de tensão, que é composto por tensões acumuladas no dia a dia, injúrias, ameaças, ações por parte do/a agressor/a que criam um ambiente de perigo eminente; a segunda é a fase do ataque violento, quando há agressão física e/ou psicológica, que tendem a aumentar a frequência e intensidade; a terceira é a fase da

lua-de-mel, na qual o/a agressor/a reaproxima-se da agredida com carinho, pedindo desculpas, prometendo que nunca mais será violento/a (APAV, 2012, não p.). No relato de Maria Rosa é possível identificar essas três fases.

Importante salientar que mesmo quando as mulheres permanecem nas relações abusivas por décadas, elas reagem à violência variando muito as estratégias, como aponta a Saffioti (2015). Essa análise contribui para a desconstrução da ideia de que as mulheres que não conseguem quebrar o ciclo são cúmplices de seus agressores. A autora ressalta que raramente uma mulher consegue libertar-se de um homem violento sem auxílio externo, e que até que isso aconteça há uma trajetória oscilante de saída e retorno para a relação, porém isso não significa que a mulher dá consentimento à agressão masculina, pois para isso precisaria desfrutar de igual poder que o homem.

A VDFCM mata, e isso também apareceu nos relatos:

“Minha mãe foi assassinada por ser mulher, por ciúme do parceiro. Creio que a universidade seja m local de orientação, para que mais mulheres não sofram, ou que venham até mesmo a morrer somente por ser mulher.” (Maria Izabel, 25 a 28 anos, branca, bissexual).

“Minha irmã foi morta pelo 'próprio Marido', por questões de ciúmes abusivo.” (Maria Grazielle, 17 a 20 anos, branca, heterossexual).

Nos dois casos relatados a causa foi o “ciúme”, palavra utilizada para **romantizar a ideia machista** de que um homem tem direitos sobre a mulher com quem se relaciona. Destaca-se que a ideia de que o ciúme é justificativa para comportamentos violentos precisa ser pautada com veemência no trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher, uma necessidade já que o termo é amplamente vinculado à VDFCM, como demonstra Elise (2019) analisando dados do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que identificou que a palavra “ciúme” foi usada em 51.760 vezes nos mais de 67 mil processos em tramitação relacionados à LMP daquele estado. A autora traz ainda outros dados fornecidos pelos Ministério Público de São Paulo (MPSP) o qual informou que “das 364 denúncias de feminicídio protocoladas pelo MPSP entre março de 2016 e março de 2017, 30% delas tiveram como justificativa ‘ciúme, sentimento de posse ou machismo’” (ELISE, 2019, não p.),

números que demonstram que mais do que uma palavra, o “ciúme” é uma ideia que materializa a ideologia heteropatriarcal na violência contra a mulher.

A segunda categoria, **relatos de violência na universidade**, apareceu em 16 relatos.

“Na universidade sofro um processo por conta de um individuo que tem um certo poder dentro do setor, que abusou de mulheres e meninas.” (Maria Gabriela, 21 a 24 anos, branca, bissexual).

“Ja sofri abusos sexuais de um ex parceiro e pelo [profissional] da UFPR Litoral.” (Maria Fernanda, 21 a 24 anos, branca, bissexual).

“Trago aqui meu relato sobre como alguns professores tem uma relação de intimidade forçada com algumas alunas, aquele famoso ‘dar em cima’, de uma maneira mega discreta ,mas que voce sabe que tem segundas intenções.” (Maria Luana, 17 a 20 anos, parda, bissexual).

“Presenciei e passei por assédio por parte de um professor da universidade, mas tive medo de denunciar pela influência dele na universidade.” (Maria Joaquina, 17 a 20 anos, branca, bissexual).

A Maria Fernanda identificou a profissão do agressor, porém para garantir o sigilo a mesma foi suprimida. Os relatos trazem situações de violência envolvendo estudantes, servidores técnicos e docentes, demonstrando casos de abuso dentro da instituição pautados não só no heteropatriarcado, mas também na hierarquia entre estudante e professor ou servidor técnico.

Também houve relatos trazendo situações envolvendo estudantes como agressores:

“já tive que largar um pa [projeto de aprendizagem], pois o agressor frequentava o mesmo espaço.” (Maria Carla, 25 a 28 anos, branca, bissexual).

“Há alunos assediadores por todos os lugares e as mulheres não se sentem contempladas quando falam sobre essas agressões, e sabemos que já é muito difícil

conseguir falar. Por exemplo o aluno [...], que já tiveram reclamações e nada foi feito, há outros alunos que como ele assediam, estupram, violentam de várias formas e circulam pela universidade sem ter nenhum tipo de conversa da universidade com eles.” (Maria Eduarda, 21 a 24 meses, branca, bissexual).

“Na ufpr litoral há muitas mulheres feministas e lgbt incríveis, que sofrem vários tipos de agressões de um grupo auto-intitulado ‘bando selvagem’, que tenta oprimir e ameaçar tanto nos corredores como no r.u ou pela cidade, já chutaram a minha bicicleta e vivem encarando, fiquei chocada quando soube que isso acontecia numa faculdade com um PPP que preza a liberdade. Há varios outros casos de homens opressores que só sao comentados nos corredores e nas rodas de amigos, mas nunca são falados nas aulas, ou na instituição.” (Maria Úrsula, 21 a 24 anos, parda, bissexual).

A Maria Eduarda identificou o estudante, porém para garantir o sigilo o nome do mesmo foi suprimido. Reflete-se sobre o relato de Maria Carla diante da realidade de muitas estudantes que desenvolvem relacionamentos com outros/as estudantes e quando há algum caso de violência é privada de frequentar o espaço acadêmico. Também se nota a insatisfação das estudantes quanto ao posicionamento da universidade sobre as violências que ocorrem dentro da UFPR Litoral.

Houve também relato sobre violência praticada pela instituição:

“Creio ser de suma importancia ressaltar que o nao apoio as maes que sao mulheres dentro da universidade se conjuga como violencia.” (Maria Renata, 25 a 28 anos, branca, heterossexual).

Concorda-se com a posição de Maria Renata colocando como violência a condição das mães que têm seu direito à educação violado por falta de apoio da sociedade e da universidade. Sobre esse tipo de violência, as autoras Cisne e Santos definem

A violência social contra a mulher manifesta-se nas desvalorizações sofridas pelas mulheres no âmbito público, como nas desigualdades no mundo do trabalho, na desvalorização do nosso corpo em letras de músicas e na mercantilização em propagandas comerciais, nos racismos e sexismos institucionais etc. (2018, p. 74, grifo das autoras).

É relevante pautar também esse tipo de violência uma vez que ela é ocultada diante da construção social acerca do “ser mulher”, naturalizando as opressões.

A terceira categoria, **relatos de superação**, foi manifestada em 6 respostas, das quais se destacam:

“O amor próprio e o reconhecimento da força da mulher foram fundamentais na minha eterna construção. A sabedoria que vem com a idade e também o conhecimento adquirido durante a vida me fortalece e também me ajuda a de alguma forma orientar outras mulheres.” (Maria Elisa, 37 a 40 anos, branca, heterossexual).

“Sempre vou lutar pelos meus direitos, nem que para isso eu tenha que morrer em combate. Nós somos fortes quando se juntamos, nós somos importantes e temos que mostrar nossa força para o mundo e para esse mundo machista e opressor.” (Maria Bruna, 17 a 20 anos, parda, heterossexual).

“O que me motiva a não retornar é ‘Não colocar a minha felicidade aos cuidados de outra pessoa, a felicidade é minha!’ Estou buscando viver da forma mais autônoma possível!” (Maria Rosa, 21 a 24 anos, parda, heterossexual).

Nas falas da Maria Elisa e da Maria Bruna nota-se, explicitamente, a importância do fortalecimento da mulher para superar a situação de VDFCM. Já Maria Rosa, pontua a importância da felicidade autônoma. Nesse aspecto, frisa-se que é impossível haver real felicidade em um relacionamento afetivo se houver submissão de uma pessoa a outra, e na sociedade atual sabe-se que majoritariamente essa submissão nos relacionamentos heterossexuais é de mulheres à homens. Como pontua bell hooks²³,

A dominação masculina patriarcal nos casamentos e uniões tem sido a principal força a criar separações e divórcios em nossa sociedade. Toda as pesquisas recentes sobre casamentos bem-sucedidos demonstram que a equidade de gênero cria um contexto em que cada indivíduo do casal tem probabilidade de se afirmar. Essa afirmação gera uma felicidade maior e, mesmo que o casamento não dure para sempre, a amizade entre os pares, que foi a base do laço, continua. (2019, p. 124).

²³ A autora bell hooks pede para que seu nome seja grafado em letras minúsculas para deslocar o foco da figura autoral para suas ideias.

As considerações da autora reforçam que há possibilidade de uma relação afetiva feliz entre homens e mulheres, desde que essa relação não esteja pautada na dominação masculina.

Constatou-se a quarta categoria, **análises sobre o tema da VDFCM**, em 56 relatos. A respeito do que motiva a violência contra a mulher, destacam-se os seguintes relatos:

“Nasci em uma família onde recebo muito amor, tive problemas com meus irmãos na infância, eles me batiam, e me judiavam bastante depois da separação dos meus pais. Acredito que se sentiram no poder em ser o ‘homem da casa’ e acho que eles achavam que era educação.” (Maria Gabriela, 21 a 24 anos, branca, bissexual).

“Pelo fato de ser mulher, ter que fazer coisas que são ditadas “coisas de mulher” como limpar, passar e quando você não realiza isso ser chamada de vagabunda. Não poder ter voz, dar suas opiniões pelo simples fato de ser mulher e não ter autoridade, a mulher ainda é muito vista como antigamente submissa. E isso é muito triste, não querendo engrandecer mas é o que as mulheres precisam ser engrandecidas, o que seria a sociedade sem as mulheres e ao mesmo tempo essas mesmas mulheres serem tratadas como um nada. Pelo século que estamos isso é tristemente inacreditável. Precisamos de mais atenção, todos os direitos ainda conquistados por nós ainda é muito pouco.” (Maria Eloá, 17 a 20 anos, parda, heterossexual).

“Quem é vítima de agressão sente medo e vergonha dos julgamentos que podem ser feitos, a conversa e os conselhos são o melhor caminho, um relacionamento abusivo atinge o psicológico, pois o companheiro não é agressivo e manipulador a todo momento, ele também manifesta carinho e sentimentos por você.” (Maria Anita, 17 a 20 anos, branca, homossexual).

Os relatos demonstram como o heteropatriarcado estruturalmente condiciona mulheres e homens a lugares diferentes na sociedade, o que foi construído historicamente conforme demonstrado no capítulo 2 deste trabalho. Pontua-se que em diversos relatos que trouxeram essa categoria os sentimentos de culpa e medo foram bastante colocados, como no relato de Maria Anita, assim como a necessidade

de se ser ouvida. A desvalorização da mulher, ferramenta de opressão constitutiva dessa sociedade, que trouxe o relato da Maria Eloá também esteve presente nos relatos, apontando que as mulheres sentem as desigualdades e desvantagens de ser mulher no dia a dia.

A questão étnico-racial também foi trazida em relatos, como demonstram os destacados abaixo:

“A relação com o preconceito com as mulheres é algo totalmente excludente nas maiorias da relação moral em meio a todos os ambientes, hoje como uma mulher negra, com culturas específicas de minha realidade ao trazer para essa sociedade sou discriminada, excluída e ao pior chegar a me transformar em uma máscara em meio a tantas que hoje a sociedade usa como certo padronização.” (Maria Júlia, 17 a 20 anos, preta, heterossexual).

“Acredito que as mulheres, principalmente no espaço da UFPR precisam ter mais consciencia de sua propria importante e fortalecimento da causa. No caso de mulher e preta passamos por uma luta e resistencia muito maior, porque o que eu mais vejo aqui são mulheres brancas que olham torto para mulheres negras e quando estão a par de situações de racismo se fazem de desentendidas.” (Maria da Conceição, 25 a 28 anos, preta, heterossexual).

“Espero que possamos avançar cada vez mais na nossa liberdade de direitos e também poder cada vez mais contribuir com nossa atuação na pratica e defesa dos mesmos no âmbito de todos ois espaços que estivermos. Eu enquanto mulher indígena tenho incidido nos espaços trazendo a voz das mulheres indígenas e dos nossos territórios, tendo em vista que a maioria das violências que sofremos dentro e fora dos nossos territórios decorrem do processo sócio histórico de colonização.” (Maria Janaína, 29 a 32 anos, indígena, heterossexual).

Reforça-se que os determinantes relações sociais de sexo, raça/etnia e classe são imbricados e que o impacto dessas forças depende da população analisada. Evidencia-se, também, que os três relatos realizados por mulheres negras e indígena, trazem o teor da resistência que essas mulheres desenvolvem pela condição da

raça/etnia, a qual também é expressão da questão social como já pontuado neste trabalho.

Houve também relatos que analisaram a questão da renda:

“Infelizmente a maioria das pessoas acham que somente pessoas de baixa renda sofre violência, seja ela sexual ou psicológica. Porém, estão enganados e sabemos que muitas infelizmente não têm coragem de fazer a queixa ou por vergonha ou medo do companheiro.” (Maria Fabiana, 17 a 20 anos, branca, heterossexual).

“Na medida em que as mulheres se empoderam e se apropriam dos diversos espaços sociais, elas ampliam possibilidades em diversos âmbitos. A independência não somente financeira, como também emocional, por parte das mulheres, pode ocasionar conflitos de gênero e evidenciar ainda mais práticas preconceituosas e discursos machistas. Infelizmente, vivemos em uma cultura machista, e portanto qualquer ação que desconstrua determinados paradigmas, ou que possa fortalecer a apropriação das mulheres dos espaços sociais, contribuem de forma significativa para quebrar barreiras e promover a equidade.” (Maria Simone, 25 a 28 anos, branca, homossexual).

O repórter Vladimir Platonow observando dados do IPEA coloca que “[...] o índice de violência contra a mulheres que integram a população economicamente ativa (52,2%) é praticamente o dobro do registrado pelas que não compõem o mercado de trabalho (24,9%)” (2019, não p.), informação que, assim como os relatos Maria Fabiana e Maria Simone, demonstra que a independência financeira não é fator decisivo para uma mulher sofrer violência ou não.

Quanto como a VDFCM é abordada, destaca-se os relatos:

“vejo que em muitos casos as mulheres são silenciadas quando expõem casos de violência, seja ela dentro do espaço acadêmico, ou no ambiente publico e ou familiar. e quando finalmente essa mulher consegue expor o agressor é julgada como culpada ou merecedora de tal violência. e ainda essas mesmas pessoas passam pano para os agressores, o protegem, com argumentos distintos, desde que são crianças, ou que estavam alcoolizados, ate mesmo que possuem transtornos mentais. esquecendo que independente de sua situação e contexto social que vive ele continua sendo um homem utilizando de seus privilégios para

oprimir/agredir/violentar/invisibilizar outras mulheres. fechar os olhos fingir que nada aconteceu não é e nunca será uma solução plausível. isso apenas beneficia os agressores que continuam frequentando espaços e vivendo suas vidas normalmente enquanto as vítimas se escondem, com medo ou vergonha.” (Maria Clara, 25 a 28 anos, branca, bissexual).

“É muito importante as mulheres acolherem umas as outras, e saberem exatamente onde irem e a quem recorrer quando alguma violência acontecer, principalmente se uma mulher se abre para denunciar uma violência doméstica, que gera vínculos de dependência com o agressor.” (Maria Raquel, 25 a 28 anos, branca, homossexual).

“o movimento feminista aqui do litoral é extremamente segregado e nada inclusivo, nada mais é do que um grupinho de amigas e isso não ajuda quando precisamos de apoio e de sororidade.” (Maria Isaura, 25 a 28 anos, branca, homossexual).

Maria Clara traz elementos importantes em seu relato no que diz respeito ao comportamento masculino quando o assunto é violência, colocando que homens são infantilizados ou ligados a algum transtorno, como o alcoolismo ou algo psíquico, para justificar a VDFCM. Ressalta-se que esses são fatores a serem considerados, mas concorda-se com Maria Clara que não trabalhar essas questões com os agressores os beneficia em detrimento dos direitos da mulher que sofre a violência.

Nas falas da Maria Raquel e da Maria Isaura evidencia-se a importância da sororidade, ou seja, da união e aliança entre mulheres, ambas pontuando a importância do apoio entre as mulheres, no entanto a última traz um caráter mais de denúncia por parte da estudante em relação ao movimento feminista da UFPR Litoral. Nesse sentido, ressalta-se a importância de se trabalhar as teorias feministas nos espaços acadêmicos, pois sabe-se que, como qualquer movimento, tem suas correntes excludentes²⁴.

²⁴ Existem várias correntes feministas. À exemplo dessas correntes, sobre uma delas, bell hooks salienta que “O pensamento feminista reformista, focado primordialmente na igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho, ofuscou as origens radicais do feminismo contemporâneo que pedia

Sobre os impactos da violência nas vidas das mulheres, destaca-se:

“A mulher que já sofreu alguma violência (quase todas...) isso trás consequências pra nossas vidas como, insegurança, medo e ansiedade... que são apenas alguns dos exemplos. A luta já inicia pelo simples fato de sermos mulheres. Não é fácil, somente sendo mulher para conseguir aguentar tudo isso. Força a nós!” (Maria Alana, 25 a 28 anos, branca, heterossexual).

“A violência contra a mulher é um ato que esta na cultura de muitas pessoas, e quem sofre esses tipos de violências fica com marcas para o resto da vida, hoje p mim o simples ato de um ser nascer do sexo feminino, ela já é observada pelo masculino como um ser incapaz de ter os mesmos direitos, observo muito isso na diferença de tratamento, no profissionalismo. indo para o lado da violência corporal, o ato de o individuo espancar e levar uma mulher a morte, o metodo desse individuo pagar pelo ato que cometeu, desmerece aquela q deixou de viver.” (Maria Firmina, acima de 45 anos, parda, homossexual).

Os relatos demonstram como as violência impactam toda a vida das mulheres, de modo que ainda que se saia da situação de VDFCM as sequelas precisam ser tratadas, como a insegurança, o medo e a ansiedade trazidos no relato de Maria Alana, elementos que interferem em qualquer atividade que se desenvolva, inclusive no estudo acadêmico, de modo que ressalta-se que a violência sofrida por uma mulher estudante no âmbito doméstico e suas consequências não é alheia a vida acadêmica da mesma.

A quinta categoria, **análise sobre o papel da universidade**, foi exposta em 44 relatos, os quais parte trouxe um tom de denúncia, e parte pontuou o quanto o espaço da universidade pode ser emancipador e contribuir para a superação da VDFCM.

Sobre os relatos que trouxeram questionamentos sobre o posicionamento da universidade frente à violência contra a mulher, destacam-se:

reforma e reestruturação geral da sociedade, para que nossa nação fosse fundamentalmente antissexista” (2019, p. 21).

“A universidade deveria adotar medidas para a violência contra a mulher dentro da universidade, tanto por alunos quanto por professores. [...] Como mulheres estudantes estamos nos organizando, mas sabemos que por enquanto a universidade não tem medidas que nos contemplam. Há amigas minhas que se afastaram da universidade por conta de violência sexual, nada foi feito por aqui.” (Maria Eduarda, 21 a 24 meses, branca, bissexual).

“A UFPR não presta nenhum tipo de assistência a casos de violência, já houveram muitos casos, relatos, inclusive relatos que foram compartilhados publicamente em rodas de conversa, e a faculdade se mostrou omissa a essas movimentações por parte das estudantes. É necessário com urgência, que a administração e os setores de apoio ao estudante se posicionem frente a essa realidade que afeta e muito as estudantes, principalmente em questão do seu rendimento e permanência na universidade.” (Maria Madalena, 25 a 28 anos, branca, homossexual).

“A UFPR Litoral demonstrou, em vários casos de violência contra a mulher que presenciei dentro da Universidade, um não posicionamento. Deixando a sobrevivente conviver no mesmo espaço com o agressor, causando medo e em alguns casos desistência.” (Maria Raquel, 25 a 28 anos, branca, homossexual).

“Há ainda no âmbito da ufpr a dificuldade de debater sobre a questão da violência contra a mulher, de forma que o debate se centraliza em um pequeno grupos de estudantes geralmente guiados por uma mulher, e num oposto temos centros de comportamento extremamente abusivos e misóginos. Isso é recorrentes nas festas, nos debates e até mesmo na sala de aula quando até mesmo professores permitem ou corroboram com ‘piadinhas’.” (Maria Ester, 17 a 20 anos, branca, bissexual).

Analisando os discursos percebe-se que nas situações de violência em que se exigiu um posicionamento da UFPR Litoral as estudantes não sentiram que a instituição agiu adequadamente. Concorde-se com Maria Madalena que aponta a urgência de a universidade se posicionar apoiando as estudantes que passam por situações de violência em virtude do impacto dessas no rendimento acadêmico e permanência da estudante instituição.

Ainda sobre esses questionamentos, houve alguns desabaços nos relatos, como no destacado abaixo:

“Não adianta fazer estudo sobre as violências que as mulheres sofrem, se a universidade passa pano para estupros e assédios que ocorrem dentro do campus e-ou com estudantes da universidade. Não adianta fingir uma preocupação se mantêm [profissional] abusador dentro da universidade. Não adianta, se tiram todas as minas que lutam contra isso pra loucas, se, quando elas vão na secretaria relatar, dizem que não podem fazer nada. Queria mesmo ver ações reais para ajudar essas mulheres a se reerguerem do abuso sofrido, ao invés de serem acusadas pela PF. Entendo a boa vontade da pesquisa e entendo que o proponente nada tem a ver com essa situação. Mas como chegar na situação familiar de abusos, se não temos ações para os que acontecem no campus (interrogação). Como as pessoas vão se sentir seguras em trabalhar a respeito da situação familiar, se não se sentem seguras e realmente ouvidas na universidade (interrogação). Fica aí meu desabaço e espero que entendam que não é uma hostilidade, mas uma desesperança.” (Maria Catarina, 21 a 24 anos, parda, bissexual).

O desabaço de Maria Catarina, que trouxe a especificação da profissão do abusador a qual foi suprimida para garantir o sigilo, reforça o descontentamento das estudantes diante do posicionamento da universidade frente às situações de violência que envolvem a instituição e seus profissionais.

Sobre o papel emancipador da universidade, destacam-se:

“Creio que a universidade seja m local de orientação, para que mais mulheres não sofram, ou que venham até mesmo a morrer somente por ser mulher.” (Maria Izabel, 25 a 28 anos, branca, bissexual).

“É necessário a implementação de políticas públicas para as mulheres na universidade, espaço de debate e desconstrução do patriarcado em TODAS as salas de aula.” (Maria Tereza, 21 a 24 anos, preta, bissexual).

“Achei uma atitude muito importante [a pesquisa]. Pois só assim podemos poder ter ajuda.. pois ninguém nos ouve. e esta atuação da UFPR litoral nos ajuda muito muito obrigado.” (Maria Heloísa, 17 a 20 anos, branca, heterossexual).

“É de suma importância o papel da Universidade nesse assunto, ajudando as mulheres as se posicionar e ter a liberdade de expressão sobre o assunto. Parabéns aos envolvidos.” (Maria Estela, 21 a 24 anos, branca, heterossexual).

“Acredito que o papel da universidade tem sido muito importante, pois já vi muitas mulheres tomarem consciência de seus direitos e enfim tomarem posicionamento sobre isso, mas ainda temos uma longa caminhada em relação a isso dentro e principalmente fora da universidade, essa luta não pode se fechar aqui!” (Maria Socorro, 17 a 20 anos, parda, homossexual).

“Antes de entrar na universidade o assedio moral era muito presente na minha vida. Sempre achei que por ser mulher e mãe deveria ser o exemplo de mulher e acatar tudo que me era imposto. Sempre falo que a universidade e o apoio que recebi para enfrentar tudo e me livrar da vida que levava, foi minha libertação. Depois da separação to liberta, e apesar do medo que ainda tenho do futuro por ele não aceitar a separação, hoje tenho forças. obs. Escrevi isso tudo agora tremendo por lembrar de todo meu passado.” (Maria Joana, 33 a 36 anos, preta, bissexual).

Os trechos demonstram quão importante é debater a relação social de sexo no meio acadêmico, contribuindo para a emancipação da mulher. Também aparecem nos relatos a importância de espaços destinados para ouvir mulheres, como foi considerada a pesquisa realizada, e também a necessidade de o debate ultrapassar os muros da universidade e acontecer também na comunidade. Evidencia-se, novamente, o quanto o medo esteve presente nos relatos das pesquisadas, como colocou Maria Joana que afirmou escrever o relato tremendo por relembrar por tudo o que passou, o quanto as violências deixam marcas e impactam toda a vida das mulheres.

Também houve relatos quanto ao papel da universidade, violência e política de assistência estudantil:

“Uma das grandes problemáticas encontradas por quem sofre com a violência psicológica familiar trata-se do excesso de burocracia nas documentações referentes às bolsas. No meu caso em específico, altos valores eram depositados na conta dos meus pais, todavia, nunca fui beneficiada com esses valores, uma vez que para mim era garantido apenas o mínimo para a sobrevivência. Tal realidade resultou no fato de que nunca pude ser auxiliada com a bolsa em função dos extratos bancários dos meus pais e mesmo trabalhando, não consegui sair de casa. Talvez seja cabível de pensar em melhores formas de avaliar os casos segundo as suas especificidades.” (Maria Isabela, 21 a 24 anos, branca, heterossexual).

“Dentro da UFPR Litoral eu não vi nenhum tipo de violência(pelo o que eu saiba), mas acho importante ter um espaço na SEPOL para as mulheres falarem sobre isso, precisamos ser ouvidas.” (Maria Alícia, 17 a 20 anos, branca, heterossexual).

“Sinto falta de mais atendimentos com o(a) psicólogo (a), principalmente para estudantes que residem fora de Matinhos, por conta dos horários.” (Maria Ágata, 17 a 20 anos, parda, heterossexual).

Sobre a manifestação da estudante Maria Isabela quanto a análise realizada da sua condição para concessão de bolsas como o auxílio PROBEM, ressalta-se que conforme analisado no capítulo 3 a SEPOL considera a situação de violência da estudante na análise, porém não é o único fator que define a concessão dos auxílios. Dos relatos da Maria Alícia e Maria Ágata percebe-se a carência das estudantes de espaços e profissionais para o atendimento de mulheres estudantes em situação de VDFCM na UFPR Litoral.

A sexta e última categoria, **sugestões**, foi manifestada em 26 relatos, dos quais se destacam:

“Como o papel fundamental da universidade, sugiro que abram mais espaço com informações as mulheres, como disk denuncia entre outras informações relevantes para evitar que tais problemas aconteçam. Devemos nos unir, e proteger umas as outras.” (Maria Caroline, 25 a 28 anos, branca, heterossexual).

“Deveria ter um espaço para que falassem esses relatos, já sabendo que medidas seriam tomadas, estudem o que podem fazer de medida com as sobreviventes\vitimas e com os agressores, de uma forma que o espaço da universidade não seja sufocante para nós mulheres vendo eles todos os dias pelos corredores sabendo que não há suporte.” (Maria Eduarda, 21 a 24 meses, branca, bissexual).

“Espaços de apoio e debate, ajuda psicológica acessível para estudantes e moradoras da comunidade. Roda de conversas dentro dos balneários e nas comunidades locais (não esquecendo que há estudantes e futuros estudantes).” (Maria Antônia, 21 a 24 anos, parda, bissexual).

“[...] sinto necessidade de ter uma comissão permanente na UFPR litoral para auxiliar as mulheres que sofrem assédio e violência pois são situações que ocorrem a todo momento!” (Maria Luiza, 17 a 20 anos, branca, bissexual).

“Nem sempre a vítima se sente a vontade para conversar sobre. Formulários e panfletos são de grande ajuda !” (Maria Beatriz, 21 a 24 anos, parda, bissexual).

“Acho de extrema importância nesse momento que haja intervenções conscientizadoras para que aja uma reflexão real baseada em dados sobre a violência contra a mulher, pois já se tornou corriqueira essa situação inclusive envolvendo estudando da universidade e nada muda. Proposta de metodologias participativas para união das mulheres. Intervenções artísticas e palestras falando o que REALMENTE pode acontecer caso aja a violência ou assédio contra a mulher. Mostrar que HÁ SIM CONSEQUÊNCIAS. e não tentar abafar.” (Maria Vitória, 17 a 20 anos, branca, bissexual).

“Haver mais conscientização sobre esse assunto, além dos trabalhos já realizados, fazer com que homens entendam de uma vez por todas o quão importante é esse assunto.” (Maria Carmelita, 21 a 24 anos, branca, heterossexual).

Os trechos demonstram que as mulheres estudantes da UFPR Litoral entendem a importância e sentem a necessidade de debater o tema da violência contra a mulher, inclusive da VDFCM, no ambiente acadêmico, utilizando-se de

diversas ferramentas como rodas de conversas e formulários. Também evidenciam a necessidade de ter um local e equipe de referência para tratar o assunto. Nenhum relato trouxe conhecimento sobre as ações da SIPAD.

O conjunto das 117 respostas foi muito rico para analisar o impacto da violência doméstica e familiar na vida acadêmica das estudantes da UFPR Litoral, de modo que no projeto de pesquisa deste trabalho foi pensada a realização de uma entrevista com 4 estudantes para apreender essa realidade, no entanto após análise dos relatos verificou-se que não era necessário uma vez que os mesmos responderam aos questionamentos.

Também foi pensado no projeto a realização de entrevista com profissionais da SEPOL para entender a visão destes sobre as demandas das estudantes que as levam até a unidade, porém em virtude da proporção que o trabalho de conclusão de curso tomou e os prazos a serem respeitados, decidiu-se por deixar essa abordagem para futuros trabalhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de apreender a incidência e o impacto auto referido da violência doméstica e familiar na realidade acadêmica das estudantes mulheres da UFPR Litoral matriculadas no 2º semestre de 2018, e as respostas institucionais de enfrentamento à essa violência, objetivo geral do trabalho, foi concretizada e os retornos foram além disso.

O processo de pesquisa foi bastante intenso. Enquanto se estava na tenda para a aplicação da pesquisa, muitas mulheres falaram pessoalmente sobre suas histórias, sobre o quanto a violência sofrida no passado ainda impactava em suas vidas. Muitas choraram e outras tantas mencionaram que nunca haviam refletido sobre a violência sofrida até o momento da pesquisa.

Notou-se também durante o processo da pesquisa que o número de respondentes poderia ter sido maior, pois foi repassado que diversas estudantes não entraram na tenda porque entenderam que a pesquisa seria realizada através de entrevista e estas não se sentiam à vontade com a ideia de falar pessoalmente sobre o tema. Quando a pesquisa foi divulgada via rede social, pessoalmente em conversas pela universidade e nas falas realizadas em algumas salas de aula, tentou-se deixar nítida a informação que a pesquisa não era uma entrevista, porém algumas pessoas não ficaram cientes disso. A percepção da resistência à entrevista pessoal sobre o tema demonstra como muitas mulheres ainda tem grande dificuldade de conversar sobre violência contra a mulher.

O desenvolvimento do trabalho mostrou que por detrás de muitos sorrisos das estudantes mulheres da UFPR Litoral, aqueles que se recebe a cada bom dia e a cada interação dentro da universidade, há um grande histórico de violência e um alto índice de VDFCM ocorrendo atualmente. Sabia-se que seriam encontrados casos uma vez que as estatísticas nacionais apontam a situação como endêmica no país, mas ainda assim surpreendeu-se com a incidência da violência na vida das estudantes.

Saber que 21% das colegas estudantes estão passando por situação de violência doméstica e familiar neste momento é assustador. Saber que em uma roda com 10 estudantes mulheres 7 vão relatar ter sofrido violência doméstica e familiar no passado é apavorante. Os dados demonstraram que a violência contra a mulher, algo que não deveria existir, é parte do dia a dia das mulheres estudantes da UFPR Litoral, o que interfere em todos os aspectos de suas vidas, inclusive no acadêmico.

Viu-se também que os dados analisados observando a condição da raça/etnia confirmam que as marcas do heteropatriarcado e do escravagismo no Brasil ainda são fortes na sociedade atual, como demonstrado no capítulo 2 deste trabalho, e que a condição de renda até pode ser um fator de proteção para a mulher em situação de VDFCM, possibilitando acessos que contribuem para o enfretamento da situação, mas que não é algo decisivo para uma mulher sofrer violência ou não.

Constatou-se que as mulheres não são sujeitos universais, que de acordo com os determinantes sociais que as permeiam, ou seja, sua condição de raça/etnia, orientação sexual, financeira, geração, deficiência física e outras, a manifestação da VDFCM em suas vidas se dará de forma diferente.

Observou-se que a denúncia da violência em outros espaços para além do doméstico e familiar, como na própria universidade, na qual abusos de profissionais técnicos, docentes e estudantes foram relatados, demonstram que a violência contra a mulher é estrutural e atinge a categoria em todos os espaços sociais.

Nos relatos abertos a árdua e injusta missão de ser mulher nessa sociedade apareceu em cada linha sob palavras como medo, culpa, vergonha, sofrimento e assassinato. Percebeu-se que via de regra a mulher sabe que está passando por uma situação de violência, de maneira que grande parte da dificuldade em superar essa situação encontra-se no fato de que muitas vezes ela não é ouvida, e quando é, é julgada.

Notou-se o descontentamento da maioria das pesquisadas em relação a como a UFPR Litoral aborda a questão da violência contra a mulher. Também se percebeu o não conhecimento por parte das estudantes a respeito das ações desenvolvidas e do atendimento oferecido pela SIPAD, e acredita-se que grande parte delas sequer sabe da existência da referida superintendência.

As estudantes também apontaram caminhos para se trabalhar o enfrentamento à violência contra a mulher, sugerindo que assuntos como o do machismo, da violência e do heteropatriarcado fossem abordados em todas as aulas, demonstrando que há um entendimento sobre a necessidade de se desconstruir as ideologias operantes através de uma educação não sexista, que como dizem Cisne e Santos (2018), favorece a ideia de que ser mulher é sinônimo de sacrifício e doação ao outro, mesmo que em detrimento de si, dos seus anseios, das suas necessidades e do seu tempo.

Conclui-se que é imprescindível a inclusão de estudos feministas, que considerem a imbricação entre raça/etnia, classe e relações sociais de sexo, dentro do meio acadêmico para a desconstrução das ideologias opressoras e infere-se que o Serviço Social tem um papel fundamental nesse processo, não só pela formação crítica de profissionais que sejam capazes de acolher as demandas das mulheres, mas também porque estas compõem um segmento da sociedade que historicamente vem sendo oprimido, que sofre maior pauperização do que os homens, de modo que ao ocupar-se com o tema a profissão estaria cumprindo com seu compromisso político, evidente no Novo Projeto Profissional, com a emancipação humana (CISNE; SANTOS, 2018).

Assim, ficam os desafios: o que fazer agora que se sabe da condição das estudantes mulheres em situação de violência? Como trabalhar dentro da universidade a violência contra a mulher, e dentro dela a violência doméstica, fundamentando-se teórica e politicamente em estudos feministas, antirracistas, anti-classistas, antissexistas, anti-lesbofóbicos que pensem a emancipação das mulheres como parte do processo mais amplo da emancipação humana, o que exige a superação do heteropatriarcado, do racismo e da contradição do capital x trabalho, apreendidos enquanto totalidade social e como lutas indissociáveis (INÁCIO, 2018)? Como desenvolver ações que atinjam não só as estudantes, mas também contribuam substantivamente com a construção de uma nova ordem social?

Entende-se que as repostas são complexas e exigem mais estudos, o que se pretende desenvolver em futuros trabalhos e no desenvolvimento da profissão, como também, motivar outras estudantes para o estudo do tema e o engajamento social e político no enfrentamento da violência contra a mulher em todos os espaços da sociedade, especialmente, dentro da atuação do Serviço Social e na UFPR Litoral.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Como e por que morrem as mulheres?**. [201-a]. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/como-e-por-que-morrem-as-mulheres/#mulheres-negras-morrem-mais>. Acesso em: 06 out. 2019.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Fim do relacionamento é o momento de maior risco à vida da mulher**. 2013. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/fim-do-relacionamento-e-o-momento-de-maior-risco-a-vida-da-mulher/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Por que as taxas brasileiras são alarmantes?**. [201-b]. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/#violencia-domestica-fatal-e-com-requintes-de-crueldade>. Acesso em: 06 out. 2019.

AGUIAR, Plínio. **A cada dois minutos, uma mulher é vítima de violência doméstica**. 2019. Disponível em:

<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-domestica/a-cada-dois-minutos-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-domestica/>. Acesso em: 07 out. 2019.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**: Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. [2014?]. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

APAV – Apoio a Vítima. **O ciclo da violência doméstica**. 2012. Disponível em: <https://apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica>. Acesso em: 07 nov. 2019.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei das diretrizes e bases da educação**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 out. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.** 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 05 out. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março 2015 – Lei do feminicídio.** 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 06 out. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar:** orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARTAZES... . **Cartazes machistas expostos dentro do Centro Politécnico da UFPR revoltam acadêmicos.** Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/geral/cartazes-machistas-deixados-no-centro-politecnico-da-ufpr-revoltam-academicos/>. Acesso em: 09 out. 2019.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, Renata Gomes da. A violência contra a mulher na América Latina: uma análise feminista do capitalismo dependente. In: ÁLVARO, Mirla Cisne; QUEIROZ, Fernanda Marques de; SILVA, Telma Gurgel da (Org.). **Feminismo e serviço social:** debates contemporâneos. Mossoró: EDUERN, 2018.

COUTINHO, Ana Rita Costa. Mulheres em situação de violência e as experiências na rede especializada: algumas reflexões. In: GROSSI, Patricia Krieger; FONSECA JUNIOR, Roberto da Cruz; DUARTE, Joana das Flores (Org.). **Expressões de violência:** experiências de intervenção e pesquisa em serviço social. Curitiba: Appris, 2017.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena... [et. al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ELISE, Jacqueline. Agência Patrícia Galvão. **Por que “ciúme” ainda é tão usado para justificar crimes contra mulher?** 2019. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/por-que-ciume-ainda-e-tao-usado-para-justificar-crimes-contra-mulher/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Mariana Frizieiro da Silva Cruz; PASSOS, Rachel Gouveia. Ensaios acerca da notificação da violência doméstica contra as mulheres: a realidade dos municípios de São Gonçalo e Niterói. In: FREIRE, Mariana Frizieiro da Silva Cruz; PASSOS, Rachel Gouveia (Orgs.). **Políticas públicas, gênero e violência: contribuições para o serviço social**. Campinas: Papel Social, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

G1. Fantástico. **Alteração na Lei Maria da Penha amplia proteção de mulheres com deficiência**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/08/11/alteracao-na-lei-maria-da-penha-amplia-protecao-de-mulheres-com-deficiencia.ghtml>. Acesso em: 07 out. 2019.

GONÇALVES, Renata. Quando a *questão racial* é o nó da *questão social*. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/60379/37954>. Acesso em: 17 set. 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 7ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. A questão da emancipação das mulheres: contribuições e dilemas da tradição marxista e feminista. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2019**. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena... [et. al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LIMA, Rita de Lourdes de. A questão das relações sociais de gênero em Marx e Engels: contribuições do pensamento marxista para entender a opressão das mulheres. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

MACEDO, Pedro. **Mulheres da UFPR**: conheça alguns dados sobre a presença feminina na nossa universidade. Curitiba, 2018. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/mulheres-da-ufpr-conheca-alguns-dados-sobre-a-presenca-feminina-na-nossa-universidade/>. Acesso em: 09 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva**. 2007. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf. Acesso em 05 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNHOZ, Aurélio. **UFPR recebe selo de Pró-Equidade de Gênero e Raça**. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/ufpr-recebe-selo-de-pro-equidade-de-genero-e-raca/>. Acesso em: 09 out. 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

O GLOBO. **MEC vai fazer projeto de lei contra 'ideologia de gênero'**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-vai-fazer-projeto-de-lei-contra-ideologia-de-genero-23924172>. Acesso em: 11 out. 2019.

PALMARES, F. Geledés Instituto da Mulher Negra. **População negra escravizada no Brasil é detalhada em Censo de 1872**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/populacao-negra-escravizada-brasil-e-detalhada-em-censo-de-1872/>. Acesso em: 26 set. 2019.

PLATONOW, Vladimir. Agência Brasil. **Violência atinge mais mulheres que trabalham fora, mostra estudo**. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-08/violencia-atinge-mais-mulheres-que-trabalham-fora-mostra-estudo>. Acesso em: 11 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA (PMC). **Secretaria da Mulher**. Educação para igualdade e cidadania. Curitiba, 201-. Panfleto

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila; RIBEIRO, Stephanie. Geledés Instituto da Mulher Negra. **A Mulata Globeleza: Um Manifesto**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulata-globeleza-um-manifesto/>. Acesso em: 05 out. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Bárbara Antunes da; PENAS, Thais Caroline Rodrigues; NASCIMENTO, Vatusy Aparecida. Mulheres negras e o serviço social: a materialização das expressões da questão social em um corpo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais...** Brasília: CFESS, 2019.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e serviço social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. 2ª ed. Campinas: Papel Social; Cuiabá: EdUFMT, 2014.

SILVA, Vitória Régia da. Agência Patrícia Galvão. **No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia**. 2019. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/no-brasil-6-mulheres-lesbicas-sao-estupradas-por-dia/>. Acesso em: 06 out. 2019.

TENORIO, Emilly Marques. **Lei Maria da Penha e medidas de proteção**: entre a polícia e as políticas. Campinas: Papel Social, 2018.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS). Observatório do Trabalho. **Boletim Anual Mulheres e Mercado de Trabalho**. Caxias do Sul, 2019. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Boletim_Mulheres_2019.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD). **Resolução nº 34/17**. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/12/coplad-34-17-regimento-SIPAD.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Missão e valores**. Curitiba, [201?]. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/a-universidade-institucional/missao-e-valores/>. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). **Edital 02/2019**: Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção do/a Estudante – PROBEM. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://www.prae.ufpr.br/prae/wp-content/uploads/2019/03/Edital-02-2019-PROBEM.pdf>. Acesso em 11 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Setor Litoral. Coordenação Acadêmica. **Caderno de atribuições da Seção de políticas afirmativas, Assuntos estudantis e comunitários (SEPOL) da UFPR Litoral**. Matinhos, 2019. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2019/05/Caderno-de-Atribui%C3%A7%C3%B5es-da-SEPOL-%E2%80%93-2019.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Setor Litoral. **Histórico**. Matinhos, [200-]. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/ufpr-litoral/historico/>. Acesso em: 11 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Setor Litoral. **Projeto Político Pedagógico**. Matinhos, 2008. Disponível em: http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Superintendência de Comunicação Social. **Mesa redonda discute questão de gênero na UFPR**. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/mesa-redonda-discute-questao-de-genero-na-ufpr/>. Acesso em: 10 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Superintendência de Comunicação Social. **Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR completa 25 anos**. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/nucleo-de-estudos-de-genero-da-ufpr-completa-25-anos/>. Acesso em: 10 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Superintendência de Comunicação Social. **Sipad promove curso de enfrentamento de casos de violência e discriminação de gênero; inscrições até 16 de abril**. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/sipad-promove-curso-de-enfrentamento-de-casos-de-violencia-e-discriminacao-de-genero-inscricoes-ate-10-de-abril/>. Acesso em: 11 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade. **Apoio e Acolhimento de Denúncias**. Curitiba, [201-]. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/apoio-e-acolhimento-de-denuncias/>. Acesso em: 12 out. 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 15 set. 2018.

APÊNDICE 1 – PESQUISA APLICADA NAS ESTUDANTES DA UFPR LITORAL

30/11/2018

Você, estudante mulher, sofre violência doméstica e/ou familiar?

Você, estudante mulher, sofre violência doméstica e/ou familiar?

A violência contra a mulher atinge diversas brasileiras diariamente, sendo o âmbito familiar um dos espaços onde ela mais se manifesta. Para entender se as estudantes da UFPR Litoral são acometidas pela violência doméstica e familiar e em quais medidas, está-se propondo essa pesquisa que faz parte do projeto de estágio realizado na SEPOL da estudante Bárbara Silva de Serviço Social. A pesquisa é anônima e destina-se à todas pessoas que se identificam como mulher.

* Required

1. Qual curso faz na UFPR Litoral? *

Mark only one oval.

- ☐ Administração Pública
- ☐ Agroecologia
- ☐ Artes
- ☐ Ciências
- ☐ Educação do Campo
- ☐ Educação Física
- ☐ Geografia
- ☐ Gestão Ambiental
- ☐ Gestão de Turismo
- ☐ Gestão e Empreendedorismo
- ☐ Gestão Imobiliária
- ☐ Linguagem e Comunicação
- ☐ Saúde Coletiva
- ☐ Serviço Social
- ☐ Other: _____

2. Qual a sua faixa etária? *

Mark only one oval.

- ☐ 17 a 20 anos e 11 meses
- ☐ 21 a 24 anos e 11 meses
- ☐ 25 a 28 anos e 11 meses
- ☐ 29 a 32 anos e 11 meses
- ☐ 33 a 36 anos e 11 meses
- ☐ 37 a 40 anos e 11 meses
- ☐ 41 a 44 anos e 11 meses
- ☐ acima de 45 anos

Classificação raça-etnia e renda

Conforme classificação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

30/11/2018

Você, estudante mulher, sofre violência doméstica e/ou familiar?

3. Você se considera: **Mark only one oval.*

- ☐ Preta/o
- ☐ Parda/o
- ☐ Indígena
- ☐ Branca/o
- ☐ Other: _____

4. Qual o valor médio mensal que garante a sua subsistência? **Mark only one oval.*

- ☐ até R\$ 937,00
- ☐ até R\$ 1.874,00
- ☐ até R\$ 2.811,00
- ☐ até R\$ 3.748,00
- ☐ até R\$ 4.685,00
- ☐ Acima de R\$ 4.685,00

5. De onde provém a sua renda? **Você pode marcar mais de uma opção.**Check all that apply.*

- ☐ Trabalho remunerado com registro
- ☐ Trabalho informal (s/ registro) mensal
- ☐ Trabalho informal esporádico (na temporada, outros períodos do ano, etc.)
- ☐ Ajuda de custo familiar;
- ☐ Bolsa estudantil (Proben, auxílio moradia, projetos, etc.)
- ☐ Pensão alimentícia
- ☐ Pensão por morte
- ☐ Aposentadoria
- ☐ Programas sociais (Bolsa Família, BPC, etc.)
- ☐ Other: _____

30/11/2018

Você, estudante mulher, sofre violência doméstica e/ou familiar?

6. Você se identifica como: *

Papéis de gênero**Binários:** "Mulher" / "Homem"**Não binários:** Homem e mulher (ao mesmo tempo) ou nenhum dos dois.

A gama do gênero e da sexualidade dos humanos abrange MUITO MAIS do que os gêneros mulher trans, mulher cis, homem trans, homem cis, transgênero não binário e muito mais do que a heterossexualidade, homossexualidade, pansexualidade, bissexualidade e assexualidade.

Prefixos Latinos**Cis:** Do mesmo lado**Trans:** Do outro lado**Bi:** Dois**Homo:** Igual**Hetero:** Diferente**Mulher cis:**

Nasce com vagina e se identifica, se sente somente com o papel de "mulher".

Homem cis:

Nasce com pênis e se identifica, se sente somente com o papel de "homem".

Mulher trans:

Nasce com pênis e se identifica, se sente somente com o papel de "mulher".

Homem trans:

Nasce com vagina e se identifica, se sente somente com o papel de "homem".

Trans não binário:

Nasce com pênis ou vagina (ou os dois) e se identifica com os dois papéis de gênero ao mesmo tempo OU nenhum dos dois.

Identidade de gênero: Gênero com o qual você se identifica.**Orientação sexual:** Gênero pelo qual você sente desejo sexual e/ou romântico.

Mark only one oval.

- ☐ Mulher-cis
- ☐ Mulher-trans
- ☐ Homem-trans
- ☐ Não binária
- ☐ Other: _____

7. Qual a sua orientação sexual? *

Mark only one oval.

- ☐ Bissexual
- ☐ Homossexual
- ☐ Heterossexual
- ☐ Other: _____

8. Você reside com: *

Mark only one oval.

- ☐ Companheira/companheiro
- ☐ Família (pais, irmãs/irmãos, avós, outros parentes)
- ☐ Estudantes, amigas(os)
- ☐ Sozinha/o
- ☐ Other: _____

30/11/2018

Você, estudante mulher, sofre violência doméstica e/ou familiar?

9. Você tem filhas(os)? *

Mark only one oval.

☐ Sim☐ Não

10. Onde você reside você sofre atualmente algum tipo de violência (física, sexual, moral, psicológica e/ou patrimonial)? *

Mark only one oval.

☐ Sim Skip to question 11.☐ Não Skip to question 13.**Estudantes em atual situação de violência doméstica familiar**

Responda se nesse momento da vida você sofre alguma(s) violência(s) dentro da sua casa e/ou no âmbito familiar.

30/11/2018

Você, estudante mulher, sofre violência doméstica e/ou familiar?

11. Qual(is) tipos de violência você sofre no âmbito doméstico familiar? *

Você pode escolher mais de um tipo de violência se for o caso.

Senado Federal

ATENÇÃO MULHERES

SAIBA QUAIS TIPOS DE VIOLÊNCIA VOCÊ PODE DENUNCIAR

Física qualquer ato que prejudique a saúde ou a integridade do corpo da mulher.	
Moral Ocorre quando a mulher sofre com qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria praticada por seu agressor.	
Psicológica toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.	
Patrimonial ocorre quando o agressor retém, subtrai, parcial ou totalmente, destrói os bens pessoais da vítima, seus instrumentos de trabalho, documentos e valores.	
Sexual qualquer ação cometida para obrigar a mulher a ter relações sexuais ou presenciar práticas sexuais contra a sua vontade.	

Check all that apply.

- ☐ Violência física
☐ Violência sexual
☐ Violência moral
☐ Violência psicológica
☐ Violência patrimonial

12. Qual o seu vínculo com o/a agressor(a)? *

Mark only one oval.

- ☐ Conjugal
☐ Familiar de 1º grau (pai, mãe, irmãos, avós)
☐ Familiar de grau distante
☐ Other: _____

Skip to question 13.

Estudantes que sofreram violência doméstica familiar no passado

Responda se você sofreu violência(s) no âmbito doméstico familiar no passado (recente ou não).

30/11/2018

Você, estudante mulher, sofre violência doméstica e/ou familiar?

13. Você já sofreu violência (física, sexual, moral, psicológica e/ou patrimonial) doméstica familiar em outros momentos da sua vida? *

Mark only one oval.

- ☐ Sim Skip to question 14.
- ☐ Não Skip to question 17.

Tipos de violência já sofridas

14. Qual(is) tipo(s) de violência já sofreu? *

Você pode escolher mais de um tipo de violência se for o caso.

SenadoFederal

ATENÇÃO MULHERES

SAIBA QUAIS TIPOS DE VIOLÊNCIA VOCÊ PODE DENUNCIAR

Física
qualquer ato que prejudique a saúde ou a integridade do corpo da mulher.

Sexual
qualquer ação cometida para obrigar a mulher a ter relações sexuais ou presenciar práticas sexuais contra a sua vontade.

Moral
Ocorre quando a mulher sofre com qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria praticada por seu agressor.

Psicológica
toda ação ou omissão que cause ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.

Patrimonial
ocorre quando o agressor retém, subtrai, parcial ou totalmente, destrói os bens pessoais da vítima, seus instrumentos de trabalho, documentos e valores.



Check all that apply:

- ☐ Violência física
- ☐ Violência sexual
- ☐ Violência moral
- ☐ Violência psicológica
- ☐ Violência patrimonial

30/11/2018

Você, estudante mulher, sofre violência doméstica e/ou familiar?

15. Qual o vínculo com o/a agressor/a na época? *

Mark only one oval.

- ☐ Conjugal
- ☐ Familiar de 1º grau (pai, mãe, irmãos, avós)
- ☐ Familiar de grau distante
- ☐ Other: _____

16. Atualmente, você é ou se sente ameaçada pelo/a agressor/a?

Mark only one oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

Estudantes que sofrem violência em outros ambientes

17. Você sofre algum tipo de violência por ser mulher em outros espaços onde convive?

Qual(is)? *

Check all that apply.

- ☐ Não
- ☐ No trabalho
- ☐ Na Universidade
- ☐ Na rua
- ☐ No transporte coletivo
- ☐ Other: _____

Você quer compartilhar mais alguma informação?

18. Use esse espaço para relatar o que quiser e julgar importante sobre violência contra a mulher e/ou suas vivências e expectativas em relação a atuação da UFPR Litoral sobre o assunto.

Powered by

 Google Forms